



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# As Relações Culturais Portugal-China pós-1999 - A Diplomacia Cultural Portuguesa

**Autor: Miguel Caleira Amaro**

Orientador: Professor Doutor Heitor Barras Romana

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Relações Internacionais

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa

Lisboa  
2014

VALORIZAMOS PESSOAS



## Índice

|   |     |
|---|-----|
| Agradecimentos  | III |
| Lista de acrónimos  | IV  |
| 1. Introdução   | 1   |
| 2. Objetivos, justificação do tema e metodologia                      | 2   |
| 2.1 Enquadramento metodológico  | 3   |
| 3. A diplomacia cultural como elemento de diplomacia pública          | 5   |
| 3.1. Diplomacia pública   | 5   |
| 3.1.1. Diplomacia pública – contextos e elementos teóricos            | 6   |
| 3.1.2. Portugal e diplomacia pública                                  | 17  |
| 3.1.3. China e diplomacia pública                                     | 20  |
| 3.2. Diplomacia cultural – Sistematização teórica                     | 23  |
| 3.2.1. Cultura – Definições possíveis                                 | 23  |
| 3.2.2. A cultura na política externa                                  | 27  |
| 3.2.3. Ativos da diplomacia cultural Portuguesa                       | 31  |
| 3.3. Modelos de diplomacia cultural                                   | 35  |
| 4. O contexto político das relações culturais Portugal-China pós-1974 | 39  |
| 5. Configuração dos organismos culturais Portugueses e Chineses       | 41  |
| 5.1. Atores estatais  | 41  |
| 5.2. Atores não-estatais  | 43  |
| 5.3. O Instituto Camões   | 45  |
| 5.4. O Instituto Confúcio   | 47  |

|  |    |
|--|----|
| 6. A diplomacia cultural nas relações Portugal-China | 49 |
| 6.1 Enquadramento teórico                            | 49 |
| 6.2. Modelos e aplicação                             | 50 |
| 6.3 Macau como plataforma cultural                   | 53 |
| 7. Conclusões  | 57 |
| 8. Bibliografia                                      | 61 |
| 9. Anexos  |    |
| I ) Atribuições do Camões I.P.                       | 70 |
| II ) Notas de campo                                  | 74 |

## **Agradecimentos**

A presente dissertação é o culminar do trabalho desenvolvido ao longo do Curso de Mestrado em Relações Internacionais, pelo que os meus primeiros agradecimentos são dirigidos a todo o corpo docente do curso, que o marcou pela sua vasta experiência, sofisticação, assim como por todas as contribuições e apoio. Este curso tem uma identidade muito especial graças ao profissionalismo e à inspiração que todo este corpo docente transmite.

Os meus agradecimentos ao meu orientador, o Professor Doutor Heitor Romana, com o seu dinamismo e disponibilidade, sempre atento ao mais ínfimo pormenor e às questões prementes da produção científica no Instituto.

Os meus agradecimentos ao próprio Instituto e a todos que lhe dedicam o esforço de uma vida, pois o elevam diariamente a um nível de excelência nas Ciências Sociais e Políticas. A experiência de estudar no ISCSP é inegavelmente impressionante.

Agradeço também a todas as instituições e pessoas que dedicaram o seu tempo à minha investigação, nomeadamente e sem qualquer tipo de ordem, o Instituto do Oriente do ISCSP, a Fundação Oriente, o Consulado Geral de Portugal em Macau, o Instituto Português do Oriente, o Instituto Camões, o Instituto Internacional de Macau, a Universidade de Pequim e a Universidade Cidade de Macau.

Por último, um agradecimento para a minha família e para todos aqueles me acompanham, muito obrigado por todo o vosso esforço, dedicação e inesgotável energia.

## **Lista de Acrónimos**

AICEP - Portugal Global, E.P.E., Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

CEAAC – Comunidade Económica de Estados da África Central

CNTA – Instituto Nacional de Turismo da China

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EUA – Estados Unidos da América

EUNIC – Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

IOC – Comité Olímpico Internacional

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

MERPC – Ministério da Educação da República Popular da China

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo de Portugal

OBL – Observatório da Língua Portuguesa

OEA – Organização dos Estados Americanos

OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Industrial

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PALOP – Países Africanos de Língua Portuguesa

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

RPC – República Popular da China

RTP – Radiotelevisão Portuguesa

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SECIB – Secretaria para a Cooperação Ibero-Americana

TEFAF – Feira Europeia de Belas Artes

UA – União Africana

UE – União Europeia

## **1. Introdução**

O domínio de questões culturais pode frequentemente representar um elemento facilitador de interação em diversas vertentes, com aplicação em questões de economia, políticas internacionais, entre muitas outras. No contexto das relações internacionais no século XXI e no exemplo do caso Português, a vertente cultural estabelece proximidades e cumplicidades duradouras entre indivíduos e organizações em territórios separados por milhares de quilómetros. No entanto, a prossecução da manutenção e do crescimento destas relações requer ações em que os Estados têm um papel preponderante, mais ainda com as suas diásporas e os diversos meios de comunicação no mundo. Os seis capítulos que se seguem compõem uma modesta dissertação de mestrado nos domínios da diplomacia cultural e, mais especificamente, das relações culturais pós-1999 entre Portugal e a República Popular da China, com destaque para a Região Administrativa Especial de Macau.

Após esta breve introdução, serão apresentados os objetivos e a justificação do tema em questão, com um breve enquadramento metodológico. O capítulo 3 é inteiramente dedicado aos conceitos envolvidos na diplomacia pública e na diplomacia cultural. Aqui procurou-se não efetuar uma apresentação exaustiva de textos científicos, mas sim uma seleção que procura apresentar as linhas principais desta produção científica internacionalmente, com destaque também para as visões Portuguesas e Chinesas em matérias de diplomacia pública e cultural, considerando também a dificuldade na obtenção da precisão possível na clareza operacional destes conceitos.

O quarto capítulo apresentará um enquadramento do contexto político das relações culturais Portugal-China, no período pós-1974, de modo a situar o panorama dos principais organismos diretamente ligados à ação cultural nos dois países em questão, que serão elencados no quinto capítulo. Procurou-se identificar estes atores considerando a sua dimensão, alcance e relevância para o tema, de modo a melhor estabelecer as relações presentes no sexto capítulo, que abordará especificamente a diplomacia cultural nas relações entre Portugal e a China. Esse mesmo capítulo fará também referência à experiência singular de Macau e a sua frequente projeção como possível plataforma cultural entre a China e a lusofonia, permitindo depois a apresentação de algumas conclusões no sétimo e último capítulo desta dissertação.

## **2. Objetivos, justificação do tema e metodologia**

### **2.1. Objetivos e justificação do tema**

O objetivo geral desta dissertação é o estudo das relações culturais Portugal-China, no período 2000-2013. Especificamente, a dissertação é focada apenas na diplomacia cultural no contexto da diplomacia pública. Neste contexto, a dissertação procura caracterizar os principais atores e as principais linhas de força da diplomacia cultural Portuguesa no período referido. No contexto Portugal-China tem um particular interesse as relações que envolvem Macau, pelo que a dissertação procura caracterizar a diplomacia cultural desenvolvida com esta região.

Neste sentido, a pergunta de partida desta investigação pode ser assim formulada: como se caracteriza a diplomacia cultural Portuguesa nos primeiros anos do século XXI (2000-2013) e quais são os principais atores envolvidos?

Procura-se com esta dissertação contribuir para o aumento do conhecimento científico das relações culturais Portugal-China. Para além do interesse científico, a dissertação procura dar um contributo, ainda que modesto, para o melhor planeamento e implementação de relações culturais, numa perspetiva de desenvolvimento das relações Portugal-China, no contexto da diplomacia cultural, sendo uma das áreas de investigação prioritárias no ISCSP em matérias de Relações Internacionais. Pretendeu-se estudar a teoria sobre diplomacia pública e, mais especificamente, sobre a diplomacia cultural, reunindo a leitura de textos sobre esta temática, com especial atenção à produção científica Portuguesa, que em muito está também associada ao ISCSP, dada a sua longa e profícua tradição em estudos sobre diplomacia e política externa.

A necessidade de se estabelecerem relações internacionais que promovam o entendimento efetivo entre as partes, tem resultado num conjunto de práticas e teorias que compõem a diplomacia cultural como área de estudo dentro das relações internacionais. A troca de conhecimento, informações, valores e práticas culturais que promovam este entendimento poderá contribuir positivamente para a prossecução dos objetivos da política externa Portuguesa.

Nesta dissertação pretende-se portanto, no geral, estudar o quadro teórico da diplomacia cultural e, especificamente, compreender como se aplicam estas teorias e modelos às relações culturais entre a República Portuguesa e a República Popular da China. Parcelarmente pretende-se também, neste contexto, elencar os principais atores e os recursos públicos disponíveis para a prossecução dos objetivos da diplomacia cultural Portuguesa com a China. Entre os objetivos é considerada uma importância destacada a Macau, não só por razões de ordem histórica, mas pelas práticas culturais que tem desenvolvido com a cultura Portuguesa.

## **2.2. Enquadramento metodológico**

A pesquisa realizada para esta dissertação baseou-se essencialmente na consulta de textos e estatísticas relativas à diplomacia cultural. Fez-se primeiro uma abordagem de enquadramento geral com base na teoria de diplomacia pública, para depois se enquadrar a diplomacia cultural. Para além dos textos oficiais e trabalhos de natureza teórica sobre o assunto foram também, sempre que possível, realizadas entrevistas informais com pessoas de várias organizações com um papel relevante na diplomacia cultural. Estas entrevistas informais foram realizadas nas principais instituições sediadas em Lisboa e em Macau onde me desloquei no mês de Junho de 2014 para fazer pesquisa *in loco* no âmbito desta dissertação. Os dados desta observação são referidos no anexo II compreendido por notas de campo, com base em contatos informais, em organizações com atividade referente a diplomacia cultural. As notas de campo, na maioria baseadas em entrevistas informais, proporcionam apenas uma visão parcial da questão. No entanto, esta técnica constitui informação qualitativa complementar que ajuda a interpretar a realidade observável, como é referido por Denzin (1994).

Como indicam Quivy & Campenhoudt (1995), à conceção da problemática corresponde também o processo de desenvolvimento do quadro concetual. Neste sentido, poder-se-á dizer que foi dada atenção a dois conceitos fundamentais: a diplomacia cultural e os recursos disponíveis à sua prossecução. A relação entre estes dois conceitos foi, em grande parte, o objeto da presente investigação. O enquadramento teórico foi desenvolvido através do recurso a textos publicados em obras de referência e artigos científicos na área das Relações Internacionais, recorrendo igualmente a estatísticas disponíveis.

Também a nível de documentação, recorreu-se a fontes de documentação oficiais para a obtenção de cópias dos textos legais referentes aos acordos e protocolos de cooperação na área da cultura entre Portugal e a RPC.

A análise das informações recolhidas relativamente à ação Portuguesa referente à diplomacia cultural, aos atores envolvidos e às atividades que desenvolvem, juntamente com as entrevistas informais realizadas em Macau, permitiu chegar a conclusões sobre a dinâmica de determinadas relações entre estes atores e a atividade que desenvolvem, identificando perspetivas para a diplomacia cultural em linha com os objetivos estratégicos nacionais.

### **3 - A diplomacia cultural como elemento de diplomacia pública**

Neste capítulo serão abordados os conceitos de diplomacia pública (2.1) e diplomacia cultural (2.2) que antecedem o conjunto de atores elencados nos capítulos seguintes. Os elementos centrais à diplomacia pública, para a contextualização da diplomacia cultural, são apresentados então no subcapítulo que se segue, com destaque para a produção científica referente a Portugal e China. Por último, serão abordados modelos de diplomacia cultural no subcapítulo final, que antecede o horizonte de atores envolvidos.

#### **3.1 - Diplomacia pública**

O objeto da diplomacia pública é focado na importância dos comportamentos e percepções internacionais, desde decisores políticos até ao público geral, em relação à prossecução do conjunto de objetivos da política externa de um determinado país. A diplomacia “é o nome que se dá hoje ao conjunto de atividades profissionais exercidas no âmbito das relações entre Estados e outros atores internacionais, tanto no quadro bilateral como no multilateral” (Jesus, 2014, p.151). Sejam os eixos destes objetivos modificados ou inalterados ao longo do tempo, os comportamentos e as percepções internacionais são um dos fatores determinantes para o sucesso da política externa e para o objetivo principal da diplomacia que é “a preservação da paz e a prevenção de conflitos numa perspetiva de defesa dos interesses do Estado que promove a ação diplomática” (Jesus, 2014, p. 152). A diplomacia pública visa, principalmente, a influência exercida nos contextos externos e globais, seja através de ações destinadas a públicos ou organismos específicos, seja através de atividades destinadas a um conjunto mais vasto da população.

### **3.1.1 – Diplomacia pública - contextos e elementos teóricos**

A Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University, nos Estados Unidos é uma das principais e mais antigas escolas de Relações Internacionais do mundo. O termo “diplomacia pública” terá sido usado oficialmente pela primeira vez em 1965 por Edmund Gullion, enquanto reitor desta instituição e fundador do Edward R. Murrow Center of Public Diplomacy (Bosworth, 2013). O historiador Britânico e professor de Diplomacia Pública Nicholas Cull (2009) apurou junto deste centro que Gullion, numa brochura de 1965, definiu diplomacia pública do seguinte modo:

Ela abrange dimensões de relações internacionais que vão para além da diplomacia tradicional; o cultivo, por parte de governos, da opinião pública noutros países; a interação de interesses e grupos privados de um país com os de outro; a prestação de informação sobre negócios estrangeiros e o seu impacto nas políticas; a comunicação entre aqueles que trabalham em comunicação, assim como entre diplomatas e correspondentes estrangeiros; e os processos de comunicações interculturais (p.19).

Na visão Norte-Americana, a diplomacia pública “refere-se aos esforços desenvolvidos pela Administração no sentido de promover o contacto entre os povos, de incrementar o entendimento mútuo e de criar uma perceção externa favorável sobre um país, um povo, uma cultura e uma política” (Mongiardim, 2007, p.341). Esta noção de diplomacia pública ganhou maior proeminência na transição do milénio por motivos de segurança e defesa. Os ataques de 11 de Setembro de 2001 em Washington e Nova Iorque conduziram a uma maior reflexão sobre a importância da opinião pública presente em outros países. Questões relativas à legitimidade de ações e à imagem de um país na visão das opiniões públicas internacionais tornaram-se uma preocupação maior, com a ameaça permanente do terrorismo, novas configurações de conflitos globais e contextos de segurança e defesa não-convencionais.

No caso Norte-Americano, foi visível a necessidade de uma promoção efetiva dos interesses nacionais no estrangeiro a nível da sociedade civil e das organizações internacionais (Fitzpatrick, 2011), em que a condução da diplomacia pública Norte-Americana pós-11 de Setembro é um exemplo que contém medidas bem sucedidas e outras menos conseguidas. Segundo Fitzpatrick, este conjunto de ações destacou-se por uma forte insistência em

mensagens que promoveram os valores nacionais Norte-Americanos durante a administração de George W. Bush, com a promoção do sistema democrático, da liberdade e da reposição da paz.

Contextos como este, recuperaram a questão da propaganda, um conceito que importa distinguir da restante concepção de diplomacia pública que será posteriormente abordada. Refere Adriano Moreira (2004), ao contextualizar a emergência da diplomacia pública ao longo do século XX:

Muitos regimes, que não receberam o favor do julgamento histórico, tiveram, na sua organização política e constitucional, departamentos importantes que se ocupavam e davam pelo nome de ministérios ou secretariados da propaganda. ... Os ministérios e secretariados da propaganda tinham uma função interventora, relacionada com a implantação de uma imagem do poder que não era necessariamente o reflexo da realidade. A experiência da última guerra mundial, e da manipulação ostensiva da informação, desacreditou essa atividade que passou a ser considerada como danosa para a paz. Esta circunstância da privatização e da competição, que limita os antigos efeitos da propaganda oficialmente conduzida com domínio eventual dos meios de comunicação, está a dar origem à definição e exercício de uma nova forma de relacionamento dos Estados com a opinião doméstica e estrangeira, e que alguns já chamam de *diplomacia pública* (p.14).

Neste sentido, redefinir a diplomacia pública perante a componente política presente nos meios de comunicação, "não revela uma mútua exclusão entre diplomacia pública e propaganda, nem a substituição perfeita de um termo pelo outro, mas sim a incorporação de um estilo de comunicação propagandístico 'iluminado' no domínio da diplomacia pública" (Kelley, 2009, p.76). Sobre este condicionamento da opinião pública, a complexidade inerente à obtenção de um conceito operacional para a propaganda é demonstrado por Victor Marques dos Santos (2012), que resume:

O termo *propaganda* utilizado num contexto político, e mais especificamente, no âmbito restrito da política externa, significa o conjunto de instrumentos e de técnicas, através do qual se difundem, publicitam ou divulgam ideias, práticas ou intenções e objetivos, com a intenção deliberada de influenciar os indivíduos visados, no sentido

de os fazer conhecer e partilhar essas ideias e, através de uma eventual alteração de percepções, promover a respetiva aceitação ou, pelo menos, de evitar a obstrução àquelas práticas e de compreender e colaborar, se possível, na prossecução dos objetivos do emissor, através da influência exercida pelos destinatários sobre os respetivos dirigentes políticos, aparelhos e processos decisoriais (p.232).

Ainda sobre as discutíveis linhas que a separam das questões de diplomacia pública, é necessário definir que “a propaganda política representa a forma mais extremada de controlo de informação e da sua disseminação. ... Enganar, controlar e manipular informação são atributos estratégicos de propaganda efetiva” (Zaharna, 2009, p.89). Maria Regina Flor e Almeida (2003) apresentou também uma posição crítica face aos aspetos perversos da diplomacia pública ao sublinhar:

As diversas intervenções públicas de altos responsáveis políticos, na cena internacional, a sistemática desvalorização dos hemiciclos parlamentares e dos grandes areópagos internacionais, em benefício dos *mass media*, a busca de horários nobres para a emissão e difusão dos seus discursos e palestras, o cuidado tratamento de uma imagem popular e de prestígio, que os conselheiros de imagem não descurem, e o primado da forma sobre o conteúdo, visam contribuir para a criação de uma espécie de alegoria popular que, em muitos casos, mais se aproxima da ação propagandística do que da realização efetiva das boas políticas ou da solução de problemas concretos (p.71).

Regressando ainda a contextos como a condução da diplomacia pública Norte-Americana após os ataques de 11 de Setembro, a complexidade de contextos como este criou a necessidade de obtenção de soluções para uma “nova” diplomacia pública, sistematizando meios para conseguir convergir as afinidades e vontades estrangeiras aos objetivos propostos na política externa, em matérias de segurança e até mesmo de economia (Leonard, 2002, p.3; Nye Jr., 2004, p.14). Surgiram teorias para uma “nova” diplomacia pública. Estas teorias sublinharam que, apesar da facilidade de comunicação através da internet, o novo paradigma deveria ser centrado na comunicação interpessoal, na sequência da alegada ineficácia das reformas estruturais da diplomacia pública Norte-Americana realizadas em 1999 (Finn, 2003, p.15; Cull, 2010, p.11). Estas reformas representaram cortes

orçamentais significativos que reduziram a intervenção presencial de muitos diplomatas, assim como foram encerradas bibliotecas e centros culturais, polos de atração e de contacto privilegiado com a cultura e posicionamento Norte-Americano. Perante este espaço vazio de contacto e influência entre públicos e culturas, emerge a teoria de uma diplomacia pública mais dialógica, que propõe um aumento da consciência social na própria atividade de diplomacia pública, dando um papel destacado ao envolvimento da sociedade civil nas suas ações (Fitzpatrick, 2011).

Juntamente com a preocupação com a segurança e defesa nacional, na Europa surgem também outras linhas teóricas que remetem a diplomacia pública para o domínio da comunicação empresarial. A necessidade de penetração em mercados estrangeiros resultou na adaptação, por parte de empresas, dos seus valores às imagens nacionais (Ordeix-Rigo & Duarte, 2009). Esta ligação entre o *branding* nacional e os objetivos das grandes empresas levanta também questões relevantes para a segurança nacional, pois algumas nações passaram a orientar a sua diplomacia pública com maior ênfase nos objetivos económicos, descurando o seu papel fundamental na segurança e defesa (Rasmussen & Merckelsen, 2012).

Com maior pormenor, as sistematizações teóricas da diplomacia pública desenvolvidas pelo Norte-Americano Joseph Nye Jr. e por Mark Leonard, este no Reino Unido, foram das mais completas e abrangentes publicadas até à presente data desta dissertação, sendo abordadas com maior detalhe nos próximos parágrafos.

Sobre a representação do Estado além-fronteiras, um diplomata torna presente os interesses e a visão do governo que representa junto de outro. No contexto da diplomacia pública, esta representação ocupa um espaço, como o próprio nome sugere, no domínio público. Este espaço ganha forma tanto pelos meios de comunicação social, como pelo estabelecimento e consolidação de relações potencialmente duradouras. Contrastando com os canais oficiais da diplomacia, a diplomacia pública compreende ainda o envolvimento de atores não-governamentais, como estabelecimentos de ensino e investigação ou organizações e agentes culturais (Leonard, 2002, p.105; Nye Jr., 2004, p. 44).

Ao desenvolver ações de diplomacia pública, o Estado recorre à mobilização dos seus recursos culturais e dos seus meios na área da comunicação, procurando obter uma

representação mais favorável e desejável junto de públicos estrangeiros. Convém sublinhar que lidamos com uma “diplomacia pública, nova categoria a não confundir com uma diplomacia aberta à comunicação social, que ajude a valorizar as participações portuguesas nos espaços internacionais” (Moreira, 2007, p.20). Estes recursos, aqui posteriormente abordados, passam a integrar uma arena internacional de influência, cujos elementos incluem a perceção da nação, a sensibilidade intercultural, a competitividade pela ciência e tecnologia ou a compreensão do funcionamento interno da cultura estrangeira.

A diplomacia pública insere-se num tipo de poder descrito por Joseph Nye Jr. como *soft power*. Este é um conceito de poder que não envolve as componentes militares e económicas e foi consolidado em 1991, com a publicação de *Bound to Lead: the Changing Nature of American Power*. O *soft power* é a via indireta do poder. Sobre ela, Nye Jr. indica que “A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries – admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness – want to follow it” (Nye Jr., 2004, p.5).

A expressão *soft power* não tem uma tradução convencional para o Português. Já foi traduzida no Parlamento Europeu como *poder flexível*, *poder brando*, *poder de influência*, *poder suave* e traduzido também como *potência de diplomacia*. A lógica implícita à ideia de um poder *soft* (suave, brando) consiste na sua antonímia com a persuasão pelo poder coercivo do *hard power* (duro, forte).

Desta forma, *soft power* evoca um conjunto de práticas que se situam fora das componentes coercivas. Apesar de serem expressões que, no contexto académico, poderão dispensar esta explicação linguística, esta definição introduz eficazmente o enquadramento teórico que se segue. *Soft power* será referido nesta dissertação na sua forma de estrangeirismo de língua Inglesa, apenas porque *suave* excluiria significados presentes em *soft*, como as noções de permissividade, conciliação e recetividade a sentimentos e emoções.

Exercer *soft power* consiste em conseguir que outros também queiram que alcancemos os resultados procurados (Nye Jr., 2004, p.5). Neste sentido, Nye Jr. enquadra a diplomacia pública e a cooperação internacional como atividades inseridas no *soft power*, em contraste com o conjunto de soluções disponíveis pela persuasão do poder militar e económico como, por exemplo, uma operação militar ou a aplicação de sanções económicas.

As ações militares e económicas são mais quantificáveis que as ações associadas ao *soft power*, que é mais difícil de exercer pois “muitos dos seus recursos cruciais estão fora do controlo dos governos e os seus efeitos dependem, em grande parte, na recetividade dos públicos de destino” (Nye Jr., 2004, p.99). Estes recursos compreendem conjuntos de valores, bens simbólicos, sistemas culturais, políticas em vigor, bem como a própria consolidação das relações estabelecidas através das instituições nas áreas da cooperação, do ensino e da cultura.

A capacidade de atração é uma ideia central à noção de *soft power*. Tudo é mais fácil quando os mesmos objetivos são partilhados. A China tem um provérbio que resume bem esta ideia e que pode ser traduzido para o Português como “podes levar um cavalo até à água, mas não consegues fazer com que ele a beba” (你可以牵着马去找水, 但你不能强迫它去喝). Para exemplificar o *soft power*, Joseph Nye Jr. identificou exemplos do poder da atração na aplicação de políticas locais e na liderança política, indo inclusivamente até à lógica das relações de poder dentro de um casamento e na liderança empresarial (Nye Jr., 2004, p.5). A exemplificação pode também ser demonstrada através de um outro exemplo, a educação. Um professor pode dar um ano inteiro de aulas, mas não pode forçar o aluno a aprender. O aluno tem que querer aprender e a vontade dele é determinante no resultado final, sendo um dos fatores principais que ditam a diferença entre um resultado mediano e a excelência. Se o aluno tem vontade de aprender, o professor é um líder natural. Este mecanismo aplica-se também ao contexto da diplomacia, à necessidade de atrair e definir as preferências de outros.

Em suma, a teoria de Nye Jr. enquadra no *hard power* comportamentos como cumprir ordens, coerção e incitamentos, recorrendo à força, sanções, pagamentos e subornos. No pólo oposto, o *soft power* é caracterizado pela agenda política, atração e cooptação, através das suas instituições, valores, políticas e cultura (Nye Jr., 2004, p.8). Os recursos disponíveis ao exercício do *soft power* consistem na “cultura (em locais onde é atrativa), nos valores políticos (quando são uma realidade tanto em casa, como no estrangeiro) e na política externa (quando é percecionada como legítima e detentora de autoridade moral)” (Nye Jr., 2004, p.11). Neste sentido, a diplomacia pública é toda ela um exercício constante de *soft power*.

A aplicação destas noções é categorizada em três dimensões estratégicas da diplomacia pública, onde se inserem os comportamentos e as atitudes de outros países. A sistematização destas dimensões elaborada por Mark Leonard, cofundador e diretor do *European Council for Foreign Relations*, é transversal e considera os eixos político, militar, económico, societal e cultural. Passando a citar, as três dimensões da diplomacia pública são definidas por Leonard (2002) pelas seguintes atividades:

- 1- A reação a acontecimentos mediáticos à medida que ocorrem, de modo a ajustá-los aos objetivos estratégicos
- 2- A criação proactiva de uma agenda mediática através de atividades e eventos concebidos para reforçar as mensagens centrais e influenciar as perceções
- 3- A construção de relações duradoras com as populações estrangeiras para que os nossos valores e ativos sejam reconhecidos e de modo a aprender com os deles (p.10)

Leonard acrescenta ainda que, no que respeita à construção de relações duradoras a longo prazo, é possível o exercício de influência sobre decisores “através de bolsas, intercâmbios, formações, seminários, conferências, redes reais e virtuais, e com o fornecimento de acesso a canais de informação (Leonard, 2002, p.18).

Convém sublinhar que, depois de se considerarem estas três dimensões sistematizadas por Leonard, é importante observar a relação de coerência entre política interna e ação externa (Nye Jr., 2004, p.55). Os valores presentes na política interna terão que ser coerentes com a mensagem proferida para o exterior, de modo a evitar perceções caracterizadas pela dúvida, incompetência ou até mesmo hipocrisia.

Numa reflexão sobre valores e política interna, Joseph Nye aborda um fenómeno simples de identificar no caso Norte-Americano: “A perceção de hipocrisia é especialmente corrosiva no que respeita ao poder baseado em valores proclamados. Aqueles que, pela hipocrisia, nos desprezam com escárnio, acabam por ser os que menos provavelmente nos querem ajudar a alcançar os objetivos das nossas políticas” (Nye Jr., 2004, p.55).

Teoricamente, este é um dos fundamentos que definem claramente a fronteira entre as noções de propaganda e diplomacia pública. Depois do período da guerra fria, com o desenvolvimento de uma sociedade de informação global, o uso de propaganda tornou-se ultrapassado e obsoleto para o desenvolvimento de legitimidade ou controlo social sobre públicos estrangeiros. A propaganda não pode ser confundida com qualquer um dos aspetos relacionados com uma diplomacia pública eficaz e dinâmica. Como Leonard indica, a “diplomacia pública é sobre a construção de relações: perceber as necessidades dos outros países, pessoas e culturas; comunicar os nossos pontos de vista; corrigir más percepções; procurar áreas onde se poderá encontrar uma causa comum” (Leonard, 2002, p.8).

Em simultâneo com a atividade diplomática, que tem lugar em esferas essencialmente privadas, a diplomacia pública compreende atuação sobre as ideias e as percepções dos públicos estrangeiros, considerando todos os contextos relevantes. Estes tanto poderão ser um determinado grupo de consumidores e produtores, como uma elite específica ou o grande público perante a comunicação social. Dependerá da estratégia a ser definida.

Em termos práticos, as três dimensões de diplomacia pública sistematizadas por Leonard consistem na gestão de notícias, em comunicação estratégica e na construção de relações.

A gestão de notícias compreende a gestão da informação noticiosa nos contextos da comunicação social, de acordo com a atividade diplomática e os objetivos específicos na política externa. O contacto e a relação estabelecida com os profissionais de comunicação social é fundamental. A mesma notícia pode alcançar pólos opostos de percepções e comportamentos, tanto no impacto, como na sua compreensão (Leonard, 2002, p.13). Os públicos nacionais e estrangeiros serão sempre diferentes. Uma notícia sobre uma ocorrência nacional, poderá necessitar de uma contextualização perante o público estrangeiro.

Um exemplo é o conjunto de notícias sobre o crescimento da dívida pública e o impacto negativo das políticas de austeridade em Portugal sobre todos os setores, incluindo o turismo. Na realidade, a austeridade não faz com que Portugal seja um destino de lazer menos atrativo, nem reduz o tamanho das suas praias ou torna o céu menos azul. Se a notícia não for contextualizada, a ideia que sobressai aos públicos estrangeiros é a ideia negativa, que despromove Portugal como destino turístico. A mesma ideia aplica-se a todos

os setores perante o investimento estrangeiro. A contextualização da notícia e da informação pode evitar visões negativas na perceção estrangeira e o contacto frequente com correspondentes estrangeiros é tão importante como a comunicação estabelecida entre as representações oficiais no estrangeiro e os meios de comunicação locais (Leonard, 2002, p.103).

Esta gestão de notícias aplica-se também às notícias previsíveis, tanto as negativas como as positivas. As positivas podem ser aproveitadas e colocadas em contexto para os públicos estrangeiros com o mesmo trabalho de contextualização que as negativas requerem. Por exemplo, os incêndios de grande dimensão que ocorrem em Portugal são tão regulares que já formam parte da imagem negativa do país em muitos públicos estrangeiros. É uma notícia apelativa à comunicação social estrangeira pelo fortíssimo impacto visual das imagens. Estas imagens, centradas no impacto visual das chamas, muito raramente capturam o lado humano do combate e a boa eficácia dos meios de proteção civil. Sem esta contextualização, o público estrangeiro recebe uma mensagem exclusivamente ilustrativa de descontrolo e insegurança. A repetição da notícia é o suficiente para a criação da imagem de Portugal como um país inseguro nesta área.

A comunicação estratégica é a segunda dimensão da diplomacia pública indicada por Leonard. Com razão, Leonard sublinha que os governos, normalmente, não têm muitos problemas quando abordam assuntos específicos individualmente. No entanto, é muito mais difícil gerir a perceção de um país como um todo, pois são várias as instituições responsáveis pela gestão da informação nas áreas da política, comércio, turismo, investimento e relações culturais (Leonard, 2002, p.14).

A comunicação estratégica procura proactivamente posicionar a imagem do país no estrangeiro, de acordo com o eixo da sua política externa. Não se trata de mercantilizar a identidade nacional, mas sim orientar estrategicamente a comunicação para os aspetos relevantes. Neste aspeto, será importante evocar também a escola crítica de geopolítica, pois no seu núcleo residem questões referentes às “representações geopolíticas de políticas globais dignas de séria atenção, pois é esta ‘construção da narrativa’ do mundo que ajuda a constituir e legitimar políticas externas” (Dodds & Atkinson, 2000, p.11). Na perspetiva crítica de Gearóid Ó Tuathail e Simon Dalby, a espacialização das fronteiras geopolíticas

compreende “muito mais que o conhecimento especializado usado para a governação, já que as diferentes facetas das suas práticas estão interligadas com as construções de identidade, perigo e segurança” (Tuathail & Dalby, 1998, p.5).

A diplomacia económica, que “inclui a exploração, promoção e captação de oportunidades de comércio e investimento entre um país e os demais, mediante os canais diplomáticos” (Leal, 2014, p. 153) é particularmente sensível às questões que determinam a imagem do país, pois são fatores determinantes na interligação entre empresas, Estado e mercados. A imagem nacional insere-se num meio altamente competitivo e requer uma projeção estratégica de mensagens alinhadas com os objetivos da sua política externa. O setor do turismo é um dos setores fundamentais na articulação destas mensagens, lidando diariamente com a projeção da imagem nacional.

A elaboração de Leonard indica a construção de relações como a terceira dimensão da diplomacia pública com o desenvolvimento estratégico, a longo prazo, de relações através de “bolsas de estudo, trocas, formação, seminários, conferências, construção de redes reais e virtuais e com o acesso a canais de comunicação social” (Leonard, 2002, p.18). Trata-se, portanto, das relações desenvolvidas entre profissionais inseridos em grupos políticos, *think tanks*, estabelecimentos de ensino, associações empresariais e industriais, câmaras de comércio, entidades ligadas ao investimento, e atores culturais. Esta dimensão vai para além das fronteiras das dimensões anteriores, com a troca real de experiências.

O ensino tem um papel fundamental com a aprendizagem da língua e com a influência estabelecida na educação do indivíduo. A diplomata Norte-Americana Helena Finn, observou os efeitos negativos da redução orçamental nas representações dos E.U.A. no estrangeiro, ocorrida no final do século XX (Finn, 2003, pp. 15-20). Constatou que os E.U.A. perderam influência em regiões estratégicas, como a Europa de Leste, Balcãs e Turquia, com a redução orçamental e a retirada de pessoal dos Centros Americanos. Com a promessa de uma novidade chamada *internet*, estes pólos de contacto foram reduzidos a meras bancas de informação. Eliminaram, em pouco tempo, espaços privilegiados de influência onde académicos e diplomatas Norte-Americanos realizavam encontros públicos e frequentes com membros do governo, academia e comunicação social locais. Consequentemente, “os estudantes deixaram de vir para fazerem investigação e escreverem artigos, assim como os

jornalistas ficaram sem um conveniente fórum local para debaterem assuntos internacionais e económicos com diplomatas e peritos Norte-Americanos” (Finn, 2003, p.17).

Este exemplo é ilustrativo da importância desta terceira dimensão, com o contacto interpessoal e o estabelecimento de relações duradouras. Dentro desta dimensão, a construção destas relações na diplomacia pública estabelece-se, segundo Finn, na “ajuda nas reformas da educação no estrangeiro, no desenvolvimento dos programas de intercâmbios, na melhoria do acesso estrangeiro às instituições e valores nacionais, no incentivo à contacto intercultural no próprio país e a revitalizar os programas de voluntariado no estrangeiro” (Finn, 2003, p.17).

Por último, algumas considerações teóricas sobre as ações que podem ser desenvolvidas no âmbito da diplomacia pública. Sem prejuízo para a elaboração teórica de Mark Leonard sobre as três dimensões da diplomacia pública, convém sublinhar que a comunicação relacionada com a diplomacia pública não se inicia com a veiculação de imagens nacionais e mensagens estratégicas. O primeiro passo será sempre ouvir antes de falar, de modo conhecer-se a realidade e a opinião local, identificando os traços culturais distintivos dos potenciais destinatários, bem como recolhendo e analisando dados relevantes sobre estes públicos estrangeiros de forma sistemática. É necessário perceber o modo como o destinatário estrangeiro percebe a mensagem e os sinais que recebe. A diplomacia pública é, portanto, principalmente focada no recetor, nas suas necessidades, características e comportamentos, identificando os vários pontos de encontro e ajustando a mensagem às características da perceção do recetor. Neste sentido, “a verdadeira diplomacia pública é uma rua de dois sentidos que envolve ouvir, assim como falar. O *soft power* assenta em alguns valores partilhados. Isto explica porque é que os intercâmbios são frequentemente mais eficazes que transmitir pela comunicação social” (Nye Jr, 2002, p.111).

### 3.1.2 – Portugal e diplomacia pública

No caso Português e no século XXI, a diplomacia pública é definida como um dos “três grandes pilares da diplomacia (...) que inclui a tradicional representação e que constitui o fórum da criação da imagem de um país” (Jesus, 2014, p.152). Especificamente, na política externa Portuguesa sobressaem duas ações estratégicas: o enfoque na cooperação e desenvolvimento das relações com os países de expressão Portuguesa, bem como a divulgação da língua e cultura Portuguesa no estrangeiro.

Em Portugal, a nível teórico, Elisabete Cortes Palma elaborou de forma sistematizada uma reflexão sobre as relações entre a política externa Portuguesa e a ajuda pública ao desenvolvimento dos países Africanos de expressão lusófona, sob uma perspetiva realista e transnacionalista da cooperação. São analisados os meios de ajuda ao desenvolvimento e de diplomacia cultural, alinhados com as conceções de poder de Nye Jr., bem como com a sua visão da diplomacia pública. A abordagem de Palma está também teoricamente alinhada com as reflexões anteriores de Victor Marques dos Santos, sobre a noção de reforço constante dos laços culturais entre os países (Santos, 1990). A cooperação cultural é entendida como “um melhor aproveitamento dos recursos humanos, culturais, científicos e tecnológicos, na tarefa comum do desenvolvimento” (Guedes, 1992, p.39).

Considerando a grande relevância das tecnologias de informação no século XXI, Maria Regina Flor e Almeida proporcionou uma perspetiva que se enquadra na sistematização teórica de Mark Leonard sobre a diplomacia pública, “cujo fundamento reside na pretensão de construir e divulgar, publicamente, uma determinada imagem do país, de promover um conjunto de valores, de justificar uma determinada ação ou de induzir a comunidade internacional para a aceitação pacífica de uma dada intervenção, e de angariar um capital de simpatia suscetível de dar eficácia à política externa delineada (Almeida, 2003, p.63).

Numa proposta muito diferente, Mendo Castro Henriques e António Paradelo (2006) propõem, num estudo publicado pelo Instituto da Defesa Nacional, a aplicação do método quantitativo para o *soft power* com base numa fórmula de poder, recorrendo a indicadores internacionais.

Esta proposta para uma avaliação objetiva foi elaborada com referência à equação do poder de Ray Cline, da Universidade de Georgetown, Washington, representada como  $Pp = (C+E+M) \times (S+W)$ . Os termos da equação têm a seguinte tradução: Pp=poder percebido; C=massa crítica=população+território; E=capacidade económica; M= capacidade militar; S=estratégia nacional e W= vontade nacional” (Fontoura, 2006, p.19), constituindo um meta-indicador que recorre a vários indicadores internacionais referentes ao desenvolvimento humano, comunicacional e contextos políticos e económicos (Henriques e Paradelo, 2006, p.113).

A diplomacia pública Portuguesa no século XXI ganha forma na articulação com a linha de força prioritária centrada na diplomacia económica, expressa no Programa do XIX Governo Constitucional como um “desafio inexorável e inadiável para a recuperação da nossa credibilidade externa, para a atração de investimento e para a promoção das empresas, produtos e marcas portuguesas no exterior” (PCM, 2011, p. 104). Entre vários pontos, o mesmo programa procura reforçar a competitividade da atividade económica Portuguesa ao “relançar a ‘Marca Portugal’ enquanto símbolo de qualidade, das empresas, marcas e produtos portugueses no estrangeiro” (PCM, 2011, p.106).

Em 2014, Portugal é uma democracia Europeia, muito diferente da potência colonizadora global que foi durante um longo período da sua história. No século XXI encontra-se distanciada desse papel, sendo inclusivamente um país caracterizado pela promoção eficaz da democratização e dos direitos humanos, com plena participação em organismos internacionais. É um ator de relevância na evolução do direito internacional e membro de organizações internacionais como a ONU, UE, OCDE, OTAN, OMC e CPLP. A responsabilidade e inserção em organizações internacionais inspiraram Portugal a protagonizar ações muito significativas em diversos planos. Desde início, a sua diplomacia pública foi estrategicamente focada nas suas ex-colónias e foi de enorme importância para o sucesso de várias ações como, por exemplo, o estabelecimento da paz em Angola, a transição de Macau para a China em 1999 ou a independência de Timor-Leste em 2002.

As linhas da diplomacia pública Portuguesa não se encontram apenas na política externa. Em 2014, Portugal é perfilhado como um dos países Europeus mais afetados pela crise da dívida pública, sujeito ao cumprimento de programas de ajustamento e ao esforço constante em

prol do crescimento económico. No entanto, Portugal distingue-se também por políticas internas com indicadores muito favoráveis como os registados em 2010 no Índice de Políticas de Integração (MIPEX), apenas atrás da Suécia, o que é notável para um país sob uma forte crise económica, sujeito à inevitável racionalização dos seus recursos. Sobre estes imperativos de racionalização, refere Adriano Moreira (2007):

A frente diplomática é o mais sólido instrumento dos pequenos Estados que definitivamente não podem enfrentar de outro modo a explosão científica e técnica que apoia a globalização e transforma os exércitos das grandes potências em exércitos de laboratório, tornando progressivamente mais difícil guardar um lugar respeitado e participante na hierarquia das potências. Uma diplomacia eficaz é parte fundamental do poder dos que não têm poder (p. 21).

Não sendo uma potência económica ou militar, Portugal dispõe de características e recursos bastante valiosos baseados na promoção da paz, na cooperação internacional e na sua excelente posição no que respeita às relações internacionais. Não está envolvido em nenhum conflito internacional. Participa ativamente em missões conjuntas de paz nos espaços mais exigentes, desde a segurança em Cabul logo no período de transição governativa Afegã, até à segurança marítima na costa Somali para a proteção de navios do Programa Alimentar Mundial e as demais embarcações vulneráveis à pirataria crescente na região.

No plano económico internacional não se pode considerar que seja um obstáculo aos outros atores. Para além da implementação de políticas de ajustamento muito significativas, com o controlo do seu défice público e a sua consolidação orçamental, Portugal continua a conseguir facilitar ajuda pública ao desenvolvimento. Segundo estatísticas da ajuda pública ao desenvolvimento publicadas pelo Instituto Camões (2014), Portugal mantém uma tendência positiva, com a Cooperação Portuguesa (bilateral e multilateral) a alcançar 509.000 milhares de Euro líquidos em 2011 e 452.000 milhares de Euro em 2012. Neste sentido, Portugal é um país com uma posição global definida pela cooperação e por privilegiar o desenvolvimento económico de um modo que lhe consolida a estabilidade nas suas relações internacionais, numa postura pacífica e nunca conflituosa.

### 2.1.3. China e diplomacia pública

Mesmo que modesta e sintética, a abordagem teórica à diplomacia pública Chinesa será importante para o enquadramento da diplomacia pública Portuguesa. A China destaca-se no panorama global como o gigante económico do início do Século XXI. Tornou-se em 2010 no maior exportador mundial e teve, em 2012, um PIB Nominal de 8.22 triliões de US\$, segundo dados do Banco Mundial (2014). É a segunda maior economia do mundo, imediatamente após os EUA. A nível demográfico, mesmo com a política do filho único, a população Chinesa continua em crescimento e ultrapassa os 1.350.000.000 habitantes desde 2012, segundo a estimativa das Nações Unidas (2014). O dinamismo da economia Chinesa possibilitou melhorias nas condições de vida de muitos milhares dos seus habitantes, assim como trouxe desafios maiores e novos problemas sociais. As Nações Unidas estimam que, em 2008, mais de 500 milhões de cidadãos Chineses teriam sido retirados da pobreza (ONU, 2013, p.12), com uma redução da população em situação de pobreza extrema de 60,2% em 1990 (mais de 683 milhões de pessoas) para 13,1% (quase 164 milhões de pessoas) em 2008 (ONU, 2013, p.27). Mesmo assim, o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU posiciona a China no 101º lugar, segundo o ranking de 2013, liderado pela Noruega, Austrália e os Estados Unidos.

Na República Popular da China, a diplomacia pública não foi relegada para segundo plano na política externa do país. Pelo contrário, a projeção das novas faces da China e da sua imagem global são aspetos visíveis na política externa Chinesa. Com efeito, a China estabeleceu meios elaborados e dispendiosos para se projetar como uma nação pacífica e acolhedora, tendo obtido visibilidade mundial com a organização dos Jogos Olímpicos de Pequim (2008) e na organização da Expo 2010 de Xangai.

As mascotes oficiais dos Jogos Olímpicos geralmente concentram as mensagens centrais que se pretendem veicular na exposição internacional do evento. A edição dos Jogos Olímpicos de 2008 escolheu cinco *Fuwa*, bonecos de boa sorte, através dos quais foi transmitida uma mensagem centrada nas ideias de paz e amizade. Todos juntos, os nomes de cada um destes cinco *Fuwa* compunham a frase “Bem-vindos a Pequim” (北京欢迎你 - Beijing huanying ni). Globalmente, o evento foi bem sucedido a nível de organização, segurança e projeção de *soft power* internacional, disseminando uma imagem de Pequim como um destino moderno

e sofisticado, do qual sobressai a sofisticação arquitetónica do Estádio Nacional de Pequim, também conhecido como Ninho de Pássaro (鸟巢 – niao cháo), que também contribuiu para a projeção internacional do seu consultor artístico Ai Weiwei, que se destacou posteriormente como uma das vozes mais críticas às políticas Chinesas em matérias de direitos humanos e organização política.

O relatório do Comité Olímpico Internacional não levanta qualquer dúvida sobre o grau de satisfação nas palavras do seu Presidente Jacques Rogge ao indicar que “através destes Jogos, o mundo aprendeu mais sobre a China e a China aprendeu mais sobre o mundo” e que a abertura da China “mostrou ao mundo a riqueza da sua cultura, as excelentes capacidades da sua população, a sua vontade de construir um futuro melhor e mais sustentável” (IOC, 2010, p.3). As corridas da tocha olímpica, a promoção internacional mais notória que antecede os Jogos, foram as mais longas de sempre, percorrendo 137 000 km ao longo de 20 países, de acordo com o mesmo relatório do IOC. No entanto, esta ação pode ser entendida como um desastre em matérias de diplomacia pública, considerando que a digressão mundial da tocha olímpica e as respetivas cerimónias com os representantes Chineses foram alvo de protestos mediáticos, com detenções frequentes de manifestantes que colocaram a questão da repressão e independência do Tibete em destaque. Ficaram os registos destes protestos nas cidades Chinesas de Pequim, Wuhan, Hefei, Kunming, Qingdao e Hong Kong, assim como em Atenas, Almaty, Istambul, Londres, Paris, São Francisco, Buenos Aires, Nova Deli, Jacarta, Camberra, Nagano, Seul e Hanoi.

Contextos como este, levam a discussão em redor das potencialidades da diplomacia pública a um novo relevo no meio académico Chinês, com a necessidade de se definirem modelos próprios ajustados às estruturas diplomáticas e mediáticas nacionais (Yiwei, 2008). No caso da China, o estudo e a sistematização de teoria referente a diplomacia pública tem sido focado, por alguns autores, na eficácia da diplomacia pública face à sua dependência da legitimidade e credibilidade da mensagem. A credibilidade é um dos maiores obstáculos em países que atuam quase exclusivamente com recursos governamentais, sem recorrerem à sociedade civil (Hooghe, 2011). De facto, o raro envolvimento da sociedade civil na diplomacia pública Chinesa parece consolidar uma visão global da China como um país culturalmente pouco plural, ocultando frequentemente a sua diversidade e riqueza cultural.

No entanto, há uma maior abertura na academia e no governo Chinês à comunicação interpessoal e ao melhoramento da comunicação Chinesa na sua narrativa internacional (Jian, 2011) apesar dos obstáculos à sua credibilidade internacional, dada a forte participação do Estado na atividade de todos os meios de comunicação social (Hongying, 2011). A diplomacia pública Chinesa concentra estes dois aspetos antagónicos, na medida em que "a China quer fazer parte de um mundo interdependente e divulgar os benefícios do seu envolvimento político, económico e cultural. Por outro lado, o discurso político Chinês é geralmente caracterizado por uma retórica nacionalista aguerrida, reforçada pela determinação do Partido Comunista em manter o seu domínio autoritário" (Rawnsley, 2009, p. 290). Concluindo este aspeto, é também observado que "o princípio da espectacularidade, ou da *teatrocracia*, favorecido pelas novas tecnologias de informação e da comunicação, pelos *mass media*, pela engenharia social e *marketing* políticos, encontra hoje pleno reconhecimento e aplicabilidade nas políticas externas dos Estados" (Mongiardim, 2007, p.350).

É importante sublinhar também que a diáspora Chinesa no início do século XXI ronda 50 milhões de pessoas. É um número superior, por exemplo, à população total da Espanha. A diplomacia pública Chinesa está também direcionada para a diáspora no sentido de "melhorar a imagem nacional da China pelo mundo, especialmente nos países que recebem emigração Chinesa na Europa, América do Norte e Oceânia" (Ding, 2014, p.18). Esta expressão ganha forma através do estabelecimento de novos canais de comunicação entre a diáspora e a China, assim como com o fortalecimento do alcance dos seus meios de comunicação internacionais. No entanto, os autores referenciados neste subcapítulo 2.1.3. partilham um denominador comum centrado no desequilíbrio entre a credibilidade da mensagem e pluralismo político, ou seja, os esforços Chineses para o estabelecimento duma imagem nacional positiva e convidativa terão como principal barreira a ausência de diversidade e pluralismo político.

A comunicação oficial Chinesa destaca, no entanto, a importância do próprio socialismo Chinês. Num discurso de Abril de 2014 centrado especificamente no *soft power* Chinês, o Secretário-Geral Xi Jinping salientou que para a China "aumentar o *soft power* cultural, este deve herdar a cultura tradicional e espírito de época, com base nas suas próprias inovações e cultura contemporânea Chinesa" (Zhang, 2014, p.1). Sublinhou também neste mesmo

discurso que “o *soft power* cultural de um país, depende fundamentalmente dos seus valores de vitalidade, coesão e carisma (...) de acordo com os ideais comunistas do nosso partido” (Zhang, 2014, p.1). À semelhança deste discurso, destacou igualmente noutro anterior “a promoção do socialismo com características Chinesas e o desenvolvimento cultural, o desenvolvimento da reforma do sistema cultural, o sistema socialista como valor fundamental na educação, assim como os seus ideais e conceitos, o desenvolvimento vigoroso do espírito nacional, a prosperidade geral e o rápido desenvolvimento das indústrias culturais” (People’s Daily OE, 2014, p.1).

### **3.2. Diplomacia cultural – Sistematização teórica**

Este subcapítulo abordará o conceito de cultura e a sua vertente na política externa do Estado, elencando também os principais ativos disponíveis na diplomacia cultural Portuguesa. Por último, considerando estes elementos, serão abordados modelos teóricos de diplomacia cultural no contexto Português.

#### **3.2.1. Cultura – Definições possíveis**

A palavra “cultura” terá a sua origem no termo Latino *colere* (cultivar, lavrar, fazer crescer). Na sua morfologia, foi adicionado ao seu radical o sufixo “ure”, um sufixo de processo, modificação e transformação e o termo “cultura” foi inicialmente usado no Latim apenas no sentido referente ao cultivo de plantas e agricultura. O registo da sua primeira referência como manifestação intelectual situa-se perto de 45 a.C., num texto de Marcus Tullius Cícero.

Esta referência encontra-se no segundo livro da obra *Tusculanae Disputationes*, onde Cícero recorre à metáfora da agricultura para evocar a importância da educação no ser humano. Um campo, apesar de fértil, nunca dará frutos sem cultivo, assim como a mente humana nunca alcançará os seus “frutos” sem educação, conhecimento e cultura: “Atque, ut in eodem simili verser, ut ager quamvis fertilis sine cultura fructuosus esse non potest, sic sine doctrina animus; ita est utraque res sine altera debilis. Cultura autem animi philosophia est” (Cícero, 1593 [45 b.C.], p.5).

Para “cultura” não haverá uma definição estanque, totalmente completa ou abstrata e definitiva, dada a sua variedade material, a sua essência espiritual e as várias tradições que a analisaram ao longo do espaço e do tempo. O antropólogo Britânico Edward Tylor publicou em 1871 uma definição de cultura, desde então frequentemente citada, como um “conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e todas as demais capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro duma sociedade” (Tylor, 2012 [1871], p.1).

No caso da china, já o termo “文化 - wénhuà” usado no Mandarim é composto por “文 – wén” (escrito, literatura ou linguagem) e “化 – huà”, cuja função é exatamente a mesma do sufixo “ure” acima descrito. Na sua origem, esta noção de cultura compreende em igual medida um texto ficcional como um documento administrativo ou um contrato.

Para a delimitação do conceito no âmbito da presente dissertação, sobre os fenómenos políticos nas diferentes culturas, o Professor Doutor António de Sousa Lara evoca a definição de cultura do Professor Doutor Jorge Dias como “uma herança social transmitida de geração em geração mediante mecanismos de enculturação dos indivíduos nos grupos e independente de transmissão genética” (Lara, 2011, p.159).

Com efeito, nas ciências sociais, a noção de cultura compreende muito mais que a manifestação artística. A cultura assenta no eixo da racionalidade e da responsabilidade. Em 1982, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais foi elaborada a Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais onde a UNESCO (1982), num contexto marcado pela necessidade de estreitar os laços entre nações e num ambiente internacional sujeito a dificuldades económicas, desigualdade, conflito e sérias ameaças à segurança, define cultura como

O conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as crenças e tradições; é a cultura que dá ao ser humano a capacidade de refletir sobre si mesmo. É a cultura que nos faz seres especificamente humanos e racionais, empossados de espírito crítico e sentido de responsabilidade moral. (p.1)

Neste sentido, a cultura compreende as matrizes simbólica, artística e espiritual, mas também a componente académica, política e jurídica da organização humana numa determinada sociedade ou num determinado Estado. Interligado com a noção de cultura, é igualmente importante definir a noção de património comum, em conformidade com o Artigo 1º da Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional da UNESCO, de 4 de Novembro de 1966, considerado como “fruto da interdependência crescente e de uma nova visão sobre o *homem universal*, a emergência da noção de *património comum da humanidade* veio diluir o interesse nacional num objetivo comum universal” (Mongiardim, 2007, p.369). De facto, os três pontos deste Artigo (1966) estabelecem que:

1. Cada cultura tem dignidade e valor próprio que têm que ser respeitados e preservados.
2. Cada povo tem o direito e o dever de desenvolver a sua cultura.
3. Na sua vasta variedade e diversidade, e nas influências recíprocas que exercem mutuamente, todas as culturas fazem parte do património comum que pertence a toda a humanidade (p.1).

Num outro plano, as questões da cultura não poderiam deixar de estar interligadas às questões de identidade. Seja a nível individual ou coletivo, há um conjunto de traços distintivos que permanecem com a passagem do tempo. Ganham-se e perdem-se características. Em termos gerais, a identidade é constituída por estas características retidas, em conjunto com os comportamentos observados ao longo do desenvolvimento da identidade.

É importante refletir também sobre as ideias de identidade e perceção. A identidade prender-se-á com a qualidade associada ao reconhecimento e à consciência de si próprio. A identidade tem sempre uma herança histórica e o seu desenvolvimento é um processo longo e intergeracional. Já a perceção aponta à assimilação e aos sentidos, num processo cognitivo conducente à formação de uma ideia referente à matéria observada. Neste sentido, será necessário mais que uma geração para se perder parte de uma identidade, mas apenas poucos dias de comunicação social para se construir determinada perceção.

Já a noção oriental de identidade, seguindo o exemplo da China, evoca noções bastante diferentes da noção Europeia. A própria diferença entre os termos é ilustrativa das várias diferenças e correspondências linguísticas e culturais entre indivíduos, grupos e nações. “Identidade”, com o seu termo Chinês “个性 – gèxìng”, está também associado à noção de “personalidade”. Este termo, por sua vez, encontra-se também relacionado com o conceito sociológico Chinês de “face” (“面 – mian”) que remete para a reputação social, para o prestígio e a honra individual. Aliás, “o comportamento social Chinês é marcado pela preservação da ‘face’ e pela rede de relações sociais – ‘guanxi’” (Romana, 2005, p.278).

Mais ainda, a própria configuração do contexto individual e coletivo contém fatores distintivos, como também observa Romana (2005):

A família, e não o indivíduo, é a unidade social e o elemento responsável pela vida política. A lealdade filial e a obediência inculcada na vida familiar têm funcionado como um treino para a lealdade com o chefe e para a obediência do Estado.

Já neste século, com a modernização do país, e conseqüente contacto com o exterior, a relação família/coletividade/Estado deu origem à identificação com um ideal de nação, cuja “face”, tal como a família, é fundamental preservar junto dos estranhos. Destarte, surge como mecanismo de defesa o ideal do nacionalismo, assente na percepção da China como uma cultura superior (moral), a qual é invocada como elemento de coesão à volta de objetivos estratégicos de afirmação do Estado (p.274).

Neste sentido, considerando o interminável conjunto de componentes que formam as noções de “cultura”, mantereí este conceito ancorado à sua forma instrumental e tentarei ser o mais claro possível quanto à operacionalização dos conceitos que a envolvem.

O filósofo e psicólogo Norte-Americano John Dewey, que a convite da Universidade de Pequim lecionou na China entre 1919 e 1921, sublinhou a relevância da educação no desenvolvimento cultural quando lançou a seguinte pergunta: “Como é que alguma vez conseguiremos ser úteis a uma sociedade se esta não for constituída por indivíduos com qualidades pessoais significativas?” (Dewey, 1916, p.142). Com efeito, importa sublinhar outra passagem da Declaração do México, “é através da cultura que discernimos valores e fazemos escolhas. É através da cultura que o ser humano se exprime, se torna consciente de

si mesmo, reconhece a sua incompletude, questiona as suas próprias proezas, procura incansavelmente por novos significados e cria obras, através das quais, transcende as suas limitações” (UNESCO, 1982).

Tal como a diplomacia, o contacto entre culturas é uma via de dois sentidos. A sua essência encontra-se na exteriorização e compreensão dos valores simbólicos, materiais e espirituais envolvidos. Como observou Victor Marques dos Santos, “A língua e a cultura constituem elementos patrimoniais da matriz identitária das nações. A sua defesa e promoção representam, por isso, uma expressão operatória inequívoca do conceito de interesse nacional permanente acentuando, ao mesmo tempo, a relevância decisiva da dimensão cultural da Política Externa” (Santos, 2005, p.71).

### **3.2.2. A cultura na política externa**

Num sentido geral, a diplomacia cultural constitui uma componente da diplomacia pública, centrada na prossecução de um determinado objetivo de política externa que envolva a área da cultura. O Instituto de Diplomacia Cultural, fundado em Berlim, em 1999, avança com a definição de diplomacia cultural como “um conjunto de ações baseadas na troca de ideias, valores, tradições e outros aspetos da cultura ou identidade, seja para reforçar relações, potenciar a cooperação sociocultural ou promover os interesses nacionais” (Constantinescu, 2013).

Na sua definição teórica, a diplomacia cultural, na criação e desenvolvimento de laços culturais, compreende recursos socioculturais que “enriquecem a vida humana ao provocarem a reflexão, apurarem diferenças, apoiarem uma mútua compreensão, ao estimularem soluções criativas para os desafios sociais” (Pwono, 2009, p.297). O *Department of State* Norte-Americano (2005) considera a diplomacia cultural como “o eixo condutor da diplomacia pública”, recorrendo à proposta de Milton Cummings Jr. que a define como “a troca de ideias, informação, arte e outros aspetos da cultura entre as nações e os seus povos, para uma melhor compreensão mútua” (Cummings Jr., 2003, p.1).

A política externa Portuguesa no XIX Governo Constitucional pode ser definida em traços muito gerais, por duas ideias centrais, de acordo com o seu programa. Portugal procura manter e dinamizar a sua atividade e participação nas organizações internacionais em que se insere, mantendo o seu papel ativo na articulação internacional com os variados atores globais, enquanto que ao mesmo tempo, procura desenvolver a sua diplomacia económica com vista a vários objetivos como a captação de investimento internacional, a melhoria do seu posicionamento económico global e a mobilização do capital humano Português (PCM, 2011).

A dimensão cultural destas ações compreende outros dois aspetos fundamentais à política externa Portuguesa. Um deles será a prioridade dada à CPLP, instituída em Julho de 1996, e à área de afinidade e influência Lusófona que ela representa. Neste aspeto, é importante evocar o conceito de geoestratégia cultural, na medida em que o estabelecimento de um quadro estratégico para a diplomacia cultural implica “uma boa distribuição geográfica dos Centros Culturais portugueses, dos nossos agentes culturais e das nossas ações e atividades” (Guedes, 1992, p.68).

O outro aspeto será referente à perceção e imagem internacional de Portugal. No vetor cultural, a ação estratégica do MNE é centrada no Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P. criado em 1992, pelo Decreto-Lei n.º 135/92, de 15 de Julho, sucedendo ao antigo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa para a promoção da língua e cultura portuguesa no mundo. A missão do Camões I.P. consiste em “propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades públicas que participem na execução daquela política” (Decreto Lei n.º 21/2012 de 30 de Janeiro). A missão e os objetivos deste Instituto encontram-se descritos em pormenor no capítulo 4.4.

A nível concetual, a cooperação cultural visa toda a ação que “fomenta o aprofundamento dos laços históricos existentes, faculta a intensificação dos laços culturais e educacionais, multiplicando a interdependência e valoriza, dignifica e amplia o património comum” (Guedes, 1992, p.102). No entanto, como reconhece também Mongiardim (2007)

Durante décadas, a diplomacia cultural foi considerada o terceiro pilar dos assuntos externos dos Estados, quase a par dos pilares político e económico. No entanto, a sua função era mais a de proporcionar a exibição das singularidades culturais dos países, a

fim de granjear prestígio e reforçar a legitimidade dos governos, do que, propriamente, a de fomentar um verdadeiro diálogo intercultural (p.373).

A nível de relações multilaterais, a cultura e a língua Portuguesa são os elementos que melhor consolidam o potencial estratégico da CPLP. Como observou o Victor Marques dos Santos (2005), na oração de sapiência proferida no ISOSP:

A língua e a cultura portuguesas constituem áreas de potencialidades estratégicas inexploradas, aguardando apenas que as vontades políticas se conciliem com a imaginação criativa e a ousadia inovadora dos portugueses e dos luso-falantes espalhados pelo mundo, no sentido de as transformarem em realizações concretas, através de projetos de ação, que visem a presença ativa e a participação consequente dos povos de expressão lusófona, no seio de uma comunidade humana, em processo de mudança acelerada. Pensamos que a Universidade, em geral, e o ISOSP, em particular, deverão assumir um desempenho fundamental nesse processo (p.72).

Com efeito, a cooperação a nível da cultura e do ensino estende-se além da ação do MNE, nomeadamente do Instituto Camões (que será aqui abordado posteriormente), já que as instituições de ensino superior têm uma posição privilegiada na identificação das necessidades e oportunidades em matéria de ensino e investigação.

No que respeita a imagem internacional de Portugal, as mensagens e os sinais dados ao exterior procuram ir, o melhor possível, ao encontro dos objetivos principais da política externa Portuguesa. Por exemplo, no campo económico, a crise financeira Europeia de 2007 que conduziu Portugal ao seu resgate financeiro criou também a necessidade de distinguir a sua imagem internacional da Grécia, outro membro da União Europeia profundamente afetado num contexto semelhante. A partir de 2012 surgiram *slogans*, frequentemente repetidos pelo então Ministro das Finanças na comunicação social internacional, tão claros e diretos como “Portugal não é a Grécia”. Num contexto de resgate económico, que tanto contrasta com o legado histórico de uma antiga potência mundial, a política externa Portuguesa não ignorou as perceções internacionais da sua economia e a sua respetiva previsibilidade numa conjuntura marcada pela incerteza, pela interdependência e pela frágil estabilidade dos vários agentes económicos internacionais.

A inevitabilidade desta componente reativa acaba por exigir meios eficazes de comunicação internacional pois “tanto a projeção da imagem do país – a diplomacia cultural –, como os negócios e as finanças – a diplomacia económica –, são uma contingência do mundo atual que intersecta, de maneira incontornável, a diplomacia de qualquer país (Mongiardim, 2007, p.361).

A cultura na política externa, no seguimento da teoria sistematizada por Leonard (2002) e Nye Jr. (2004) tem também uma função facilitadora, permitindo uma aproximação entre as partes. O conhecimento da cultura e a partilha de experiências culturais poderão ser particularmente importantes num meio como o universo Chinês. Como refere Romana (2005), a caracterização das relações interpessoais assentam “na partilha de uma ou mais características, tais como: o local de origem, a linhagem, o apelido, a frequência da mesma escola, o mesmo local de trabalho ou a mesma organização ... constituindo a base de uma complexa rede de tráfico de influências e de esquemas de entreaajuda entre indivíduos e grupos” (Romana, 2005, p.279).

Resumindo, a diplomacia cultural, como parte integrante da diplomacia pública, emerge especificamente como um instrumento de grande relevância para a política externa nacional no desenvolvimento da CPLP, na promoção estratégica da língua e cultura Portuguesa e na evolução das perceções da imagem internacional de Portugal.

No contexto do início do século XXI, compreender a ação possível de uma diplomacia cultural significa também evocar a relevância da ciência e do ensino superior, a internacionalização das universidades Portuguesas e o estabelecimento de parcerias para as áreas do ensino e das indústrias da cultura. Com igual importância, a diplomacia cultural está também presente nos centros de língua Portuguesa e na divulgação cultural articulada com a diplomacia económica. Aqui, as indústrias culturais e criativas têm um papel muito relevante quando são articuladas com instituições públicas e privadas, com especial atenção às especificidades das regiões e à leitura efetiva das culturas onde o Estado pretende atuar. Em suma, os ativos da diplomacia cultural, como será demonstrado no seguinte subcapítulo, residem não só na própria língua e no património histórico, mas também nas vantagens competitivas da ciência e da cultura, que são vetores fundamentais para a afirmação da identidade dos Estados na complexidade dos contextos internacionais.

### 3.2.3. Ativos da diplomacia cultural Portuguesa

A língua Portuguesa é um dos ativos fundamentais, estando significativamente visível na ação cultural externa. A sua internacionalização é um dos pontos principais na atual ação cultural externa liderada pelo Camões I.P. em vários pontos do mundo.

O potencial cultural e económico da língua Portuguesa é muito significativo sendo, no século XXI, o sexto idioma mais falado no planeta, atrás do Árabe, Hindi, Inglês, Espanhol e o Mandarim, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Estimativa de falantes das principais línguas no mundo (2010-2013)

| Posição | Língua           | Falantes Nativos (milhões) | Total de Falantes (milhões) | Fonte                                    |
|---------|------------------|----------------------------|-----------------------------|--|
| 1       | Mandarim         | 848                        | 1026                        | <i>Ethnologue</i>                        |
| 2       | Espanhol         | 413                        | 495                         | <i>Inst. Cervantes</i>                   |
| 3       | Inglês           | 375                        | 765                         | <i>British Council</i>                   |
| 4       | Hindi            | 260                        | 380                         | <i>Ethnologue</i>                        |
| 5       | Árabe            | 206                        | 452                         | <i>Ethnologue</i>                        |
| 6       | <b>Português</b> | <b>254</b>                 | <b>260</b>                  | <b>Observatório da Língua Portuguesa</b> |
| 7       | Bengali          | 193                        | 250                         | <i>Ethnologue</i>                        |

Nesta tabela, é possível estabelecer uma comparação quantitativa entre os totais de falantes das principais sete línguas no mundo. É possível também observar a diferença entre o número estimado de falantes nascidos nos países da respetiva língua oficial e os falantes estrangeiros que adquirem esse idioma. Neste sentido, com os dados apresentados, o Inglês afigura-se como língua internacional, com quase o dobro de falantes nativos no mundo. O Português caracteriza-se pelo fenómeno inverso, na medida em que é principalmente falado nos respetivos países de língua oficial, segundo esta estimativa.

No entanto, a língua Portuguesa tem também a característica de não estar concentrada numa única região, como ocorre com o Mandarim, pois é língua oficial nos nove países que compõem a CPLP em 2014. É também língua de trabalho em “blocos políticos regionais como a UE, SADC, CEAAC, UA e MERCOSUL, sendo já língua de trabalho de organizações internacionais como a OEI, SECIB, OEA e OMPI” (Stock, 2004, p.258). Mais ainda, é

mutuamente inteligível com o Espanhol, ficando ao alcance dos seus 495 milhões de falantes. Em matérias de *soft power*, o próprio Joseph Nye Jr. constata que “Portugal deve usar o ‘soft power’ da sua língua e cultura para desenvolver relações com o Brasil e com os países africanos de língua oficial portuguesa. O Brasil teve um progresso económico e político impressionante nas últimas décadas, e Portugal deverá beneficiar das ligações históricas e linguísticas” (Nye Jr., 2012, p. 8).

O potencial económico da língua Portuguesa poderá ser sempre uma mais-valia para a diplomacia cultural nacional, considerando o alcance geográfico e os mercados em que se insere e é uma língua onde “a nível da Internet se regista uma das taxas de crescimento mais elevadas” (Reto, 2012, p.191). Uma das suas múltiplas variáveis centra-se nas regiões do conhecimento e no *networking* consequentemente desenvolvido. A questão da língua é de enorme importância para a construção da política externa Portuguesa, sendo elemento unificador da CPLP, pois “suscitou padrões de cultura comuns a diferentes povos, e tendo-a por matriz, possibilitou a criação de novas estruturas e organizações” (Stock, 2004, p.255). Com efeito, as questões centradas na língua “refletem bem a importância da língua, como via de transmissão científica e tecnológica, como elo de união entre os povos, como fator de afirmação e de influência, gerador de benefícios comerciais e económicos, e como instrumento de projeção de poder” (Mongiardim, 2007, p.379).

Neste sentido, a língua Portuguesa permanece como um ativo de grande relevância pelo seu número de falantes e as suas matrizes históricas, culturais e políticas. A própria China procura um maior investimento no ensino do Português, não apenas na aprendizagem do idioma falado no Brasil, em África e Portugal, assim como ao “desenvolver o seu programa de cultura portuguesa (...) no estilo muito rigoroso que parece que têm, querem aprender a norma europeia (Macedo, 2014, p. 14).

O investimento na expansão do ensino de Português poderá resultar em oportunidades de crescimento económico e científico, com a expansão das atuais redes de capital humano. A diplomacia cultural Portuguesa poderá encontrar aí a sua sustentabilidade na distribuição dos seus recursos no fortalecimento da comunicação entre cidadãos, empresas e organizações internacionais, possibilitando o contacto com novos mercados, seguindo até a própria tradição histórica Portuguesa caracterizada pela sua projeção global.

O ensino da língua possibilita a penetração em novos mercados, sociedades e comunidades científicas. Nunca deverá ser subestimada a vontade, por parte de outras culturas, de entrar nos nossos mercados, compreender a nossa matriz Europeia e procurar capacitação científica e tecnológica em Portugal, recorrendo conseqüentemente à aprendizagem da língua.

O ensino da língua Portuguesa é um ativo de importância estratégica pois mantém e reforça a influência cultural. No caso da Ásia, nomeadamente a China, a promoção de Portugal, da língua e da cultura constitui uma das ideias centrais à diplomacia cultural nacional, apesar da realidade formal não corresponder à evolução do uso da língua em regiões como Macau. Apesar da ligação histórica e cultural às comunidades Macaenses, segundo dados do Observatório da Língua Portuguesa, em 2010 apenas 4% da população da R.A.E. de Macau falava Português, língua oficial apenas até 2049 e com direito de opção até 2099. Tanto em África como na Ásia, o ensino da língua reforça e mantém a influência cultural nos espaços Lusófonos. Os potenciais ganhos políticos e económicos não são diretamente proporcionais ao número de pessoas que aprendem o Português como segunda língua. A questão importante a salientar reside no poder de penetração noutras culturas e sociedades, através do elo comum da língua, como se verifica no caso de Macau.

Com o ensino da língua, salienta-se também a produção cultural Portuguesa. Apesar de não ter a dimensão económica das grandes indústrias culturais de matriz Anglo-Saxónica, contém uma riqueza significativa e que possibilita um diálogo intercultural de grande acessibilidade através da literatura, música, cinema, teatro, artes plásticas, dança ou arquitetura. A formação dos atores culturais será fundamental pois “as relações culturais, diplomáticas e económicas beneficiarão por serem conduzidas por pessoas que tenham bons conhecimentos das línguas e culturas dos países interlocutores” (Monjardino, 2004, p.133).

Portugal é também um país culturalmente muito atrativo, muito para além da tradicional imagem de país de bom clima e gastronomia que, em si, é excelente. O seu poder de atração é transversal e é um ativo a considerar. No território nacional, tanto as diversas comunidades presentes nos restantes PALOP, como muitas outras culturas globais, ficam seduzidas pelas liberdades civis no que respeita à segurança humana, religião, privacidade,

igualdade de género, sistema jurídico e liberdade de associação, num país pacífico, politicamente estável, distante de conflitos internacionais e membro da União Europeia. O poder de atração composto pelas suas componentes geográficas, culturais e sociais é um dos ativos possivelmente mais fortes, quando conjugado com a atração no ensino de elites ou com a atração de capital humano internacional.

A riqueza do património histórico Português é outro ativo relevante a considerar em matérias de diplomacia cultural. Sendo uma das mais antigas nações do mundo, Portugal e a sua “secular vocação universalista, transcende a dimensão limitada da sua expressão territorial” (Santos, 1990, p.178) contém um passado histórico e uma identidade política marcada pelo diálogo intercultural. Desta forma, à cultura Portuguesa corresponde um património histórico caracterizado pela sua dinâmica de relacionamento com o mundo, pois “o mais importante não é o nosso património material que encontramos espalhado por toda a Ásia, mas sim o nosso património imaterial” (Jesus, 2013, p.11).

Mais especificamente, é possível evocar dois exemplos recentes para a valorização das relações internacionais de Portugal, com a resolução do problema internacional de Timor, com respeito à “identidade como fundamento existencial da soberania e de um projeto de Estado-nação (Mendes, 2005, p.516) e a transição da soberania de Macau, cuja “transferência da administração de Macau ocorreu dentro de uma base de mútuo interesse Português e Chinês.” (Romana, p.111, 2000).

Por último, ainda uma nota sobre o mercado cultural com mais expressão a nível de volume de negócios. No campo das artes plásticas, a procura de mercado é alta, principalmente no que respeita a arte contemporânea. De acordo com o relatório de 2013 da TEFAF sobre o mercado global de arte, com destaque para a China e o Brasil, apesar de um abrandamento, a China representa a segunda maior fatia de mercado a nível mundial no que respeita a artes plásticas. Para além da riqueza e do dinamismo do mercado Chinês de arte, ele representa todo um crescimento de procura de serviços e oportunidade de negócios nas áreas da publicidade e marketing, a próprias feiras de arte, comissões, serviços de seguradoras ou conservação e restauro (TEFAF, 2013).

Portugal poderá, através da sua rede de contactos na China, estabelecer futuros apoios para uma maior penetração no mercado Chinês dos atores nacionais na área da cultura, dando seguimento a iniciativas oficiais que já tiveram lugar em Pequim, destacando-se a inauguração da exposição “Onde é a China” pelo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva durante a sua visita oficial, em Maio de 2014. Esta exposição, integrada na 16ª Mostra Internacional de Artes Plásticas, no China Millenium Monument World Art Museum de Pequim, contou com mais de 20 artistas Portugueses e Chineses, numa iniciativa bilateral de diplomacia cultural. Neste modelo, foi articulado nesta iniciativa o apoio institucional da Presidência da República, Ministério da Cultura da RPC, Secretaria de Estado da Cultura de Portugal e da Embaixada de Portugal na China (Wang, 2014, p.1).

Resumindo, sobressaem em Portugal três ativos que estarão sempre disponíveis à sua ação cultural na política externa: primeiramente, a língua Portuguesa e a sua expressão artística e cultural; um território e meio social atrativos; e, por último mas não menos importante, a valorização do seu património histórico.

### **2.3 - Modelos de Diplomacia Cultural**

A diplomacia cultural insere-se numa articulação complexa entre o Estado e os demais atores compreendidos na execução da política externa e estratégia cultural, tendo em conta os dois planos sobre a qual esta é desenvolvida ou seja, o plano das suas relações bilaterais e o plano multilateral das organizações internacionais onde se insere. De acordo com a sistematização de Maria Regina Mongiardim, "a diplomacia cultural, independentemente dos seus conteúdos temáticos específicos, tem assentado num triplo modelo de funcionamento: normativo (estabelecimento de convenções, acordos e protocolos), operativo (execução de programas e ações) e intelectual (intervenção dos agentes culturais no terreno)" (Mongiardin, 2007, p.373).

No plano bilateral, a diplomacia cultural pode seguir o modelo baseado “documentos normativos que formalizam a relação existente entre dois Estados” (Stock, 2004, p.267) como acordos, convénios, memorandos de entendimento, protocolos ou programas de cooperação bilateral nas áreas da educação, ciência, cultura, tradução, comunicação social,

desporto. Este modelo poderá visar o estabelecimento de parcerias de ensino, afetação de leitores, formações e disponibilização de materiais de ensino e divulgação cultural.

A diplomacia cultural bilateral é também baseada no princípio de reciprocidade, centrada em instrumentos e ações que “permitiram criar um ambiente internacional mais pacífico, favorável ao entendimento político entre as partes e ao desenvolvimento de relações mais estáveis e próximas, com reflexos em todos os domínios do relacionamento bilateral” (Mongiardim, 2007, p.373).

No plano multilateral, a cooperação cultural internacional é desenvolvida através da articulação com organizações intergovernamentais mundiais ou regionais, como descreve Mongiardim (2007):

Está marcada pelo reconhecimento da dignidade de todas as culturas, da diversidade cultural, e da interação e influência cultural recíprocas, obrigando a diplomacia cultural dos Estados a adotar um modelo específico de atuação - o modelo multilateral - que se rege, não apenas pelos textos base elaborados nesse quadro (convenções, declarações, resoluções e recomendações), mas também pela natureza e pelos objetivos dos programas aprovados no seu seio (p.369).

No caso Português, a cooperação cultural multilateral para a promoção e difusão da cultura e língua Portuguesa encontra a sua expressão mais significativa na sua “plataforma supranacional, a CPLP, (...) que todas as valências referidas encontram espaço natural para o desenvolvimento das políticas públicas multilaterais” (Stock, 2004, p.259). A nível linguístico, com o plano multilateral centrado na CPLP, foi adotado formalmente pela Comunidade, na sua VIII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Luanda, Julho de 2010, o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, um documento de orientação estratégico para uma política externa da língua Portuguesa. Neste plano, foram definidas linhas de ação estratégicas para a implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais, nomeadamente como “língua de documentação das Nações Unidas” (CPLP, 2010, p.2), tal como as respetivas estratégias para a difusão e ensino da língua no plano nacional e no plano de língua estrangeira.

Seguindo o exemplo da CPLP, como espaço multilateral de língua comum, a criação deste espaço cultural internacional torna-se também possível com a implementação de programas “sob a forma de intercâmbio de estudantes, de docentes, de artistas plásticos, de escritores, de realizadores ou de músicos, de promoção do cruzamento das diversidades culturais dos diferentes países, através do estabelecimento de redes de docência conjuntas, de centros culturais comuns, de iniciativas partilhadas” (Stock, 2004, p.261).

Ainda no plano multilateral, é também reconhecido que “a gestão da política da herança cultural portuguesa não deverá ser conduzida à margem do Estado, sem o apoio dos canais diplomáticos, sem recursos humanos preparados especificamente, sem a utilização de meios financeiros adequados. Porém, esse envolvimento de Estado português deverá ser secundado por instituições da sociedade civil” (Monjardino, 2004, p.130). A articulação com estas instituições possibilita uma maior escolha e eventual qualidade das iniciativas culturais ao serviço de um objetivo estratégico. Dentro deste plano, tornar-se-ia possível a criação de uma rede de conteúdos culturais em itinerância regional, assim como a circulação estratégica de académicos e especialistas em instituições de ensino superior. Com efeito, a abertura ao envolvimento de organizações não-governamentais será “comum a toda a comunidade internacional de Estados, advém da progressiva 'desnacionalização' das estruturas e instrumentos culturais, bem como da crescente dinâmica e operacionalidade das organizações da sociedade civil, e da proliferação e dinamismo dos agentes culturais, reservando-se o Estado para a conceção da política cultural” (Mongiardim, 2007, p.376).

Esta abordagem multilateral aumentará a possibilidade de alcançar “três recursos fundamentais que não estão imediatamente acessíveis a um governo estrangeiro: credibilidade, experiência comprovada e redes adequadas” (Leonard, 2002, p.56). Esta abordagem permite evitar uma abordagem bilateral como a observada por Mongiardim, ao criticar a diplomacia cultural Portuguesa como uma "diplomacia cultural bilateral, dirigida a promover e difundir as características e os produtos culturais de um país, como se de um 'escaparate nacional' se tratasse" (Mongiardim, 2007, p.369). Neste sentido, a articulação sugerida por Leonard visa “procurar explorar as sinergias entre a própria agenda de governo e a agenda de organizações independentes ou indivíduos” (Leonard, 2002, p.57).

Um exemplo desta abordagem evoca também os contrastes culturais subjacentes às organizações internacionais em que Portugal se insere, pois a nível Europeu “a cultura e as ações culturais são utilizadas para desenvolver a participação, o desenvolvimento, a educação, os direitos humanos e a liberdade de expressão” (Schaake, 2010, p.1), nomeadamente em iniciativas como o programa Europeu EUNIC Europa-China, envolvendo a rede de institutos culturais Europeus na organização de eventos que reúnem intelectuais, atores culturais e *policy makers* de ambas as partes. Sublinha-se que a presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho, foi eleita presidente da EUNIC para o período 2011-2012, antecedendo a celebração do Ano do Diálogo Intercultural UE-China realizado em 2012.

#### **4. O contexto político das relações culturais Portugal-China pós-1974**

Com vista a delinear posteriormente, no próximo capítulo 4, uma perspetiva dos vários atores participantes no contexto da diplomacia cultural Portuguesa na China pretende-se, neste breve capítulo, proporcionar o contexto político em que se inserem as relações culturais entre os dois países.

O contexto político das relações Luso-Chinesas no último quarto do século XX foi marcado pela questão de Macau, representando uma das questões diplomáticas mais delicadas da história de ambos os países e onde sobressaem os valores do “respeito mútuo, a dignidade, a tolerância” (Jesus, 2010, p.339).

A revolução política desencadeada pelo 25 de Abril de 1974 em Portugal marcou também a história das relações Luso-Chinesas. Portugal “declarou pública e unilateralmente que reconhecia o regime de Pequim como o governo legítimo da China” (Fernandes, 2008, p.493). Em Janeiro do ano seguinte, Portugal reconhece também publicamente Taiwan como parte integrante da China, possibilitando a aproximação Lisboa-Pequim. O acompanhamento e os esforços de negociação bilateral entre os dois Estados foram desenvolvidos durante os anos seguintes, com o restabelecimento das relações diplomáticas formais entre os dois países a 8 de Fevereiro de 1979. Dois meses depois, é aberta a Embaixada Portuguesa em Pequim, com a nomeação de João de Deus Ramos, a 12 de Abril de 1979.

Em 1984, realiza-se a primeira visita de um Chefe de Estado Chinês a Portugal, com a visita do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang, seguida da primeira visita oficial de um Chefe de Estado Português à República Popular da China (e a Macau) em Maio de 1985, com a iniciativa do Presidente da República Ramalho Eanes, acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama. Nesta visita, firmaram-se publicamente as intenções de ambos os governos darem início às negociações sobre a questão de Macau, resultando na assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa de 13 de Abril de 1987, uma “Declaração moldada da Declaração Sino-Britânica de Hong Kong, com adaptações às especificidades decorrentes da questão de Macau” (Gama, 2007, p.16), na visita seguinte do então Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva.

Este momento iria determinar o futuro de Macau como Região Especial Administrativa da República Popular da China. Como recordou o Embaixador João de Deus Ramos (1999),

Na altura em que a Declaração Conjunta foi negociada, 1986-87, o mundo estava dividido em dois grandes blocos antagónicos e a China era uma terceira força que condicionava o equilíbrio entre as duas super-potências: sabia-o bem, e soube utilizar com eficácia esse poder que a colocava, face às restantes potências, praticamente ao nível dos EUA e URSS. Em 1986 o Acordo sobre Hong Kong tinha apenas dois anos, Deng estava no auge do seu percurso político por estar já acima da política, e o princípio ‘um país, dois sistemas’ tinha quase a força irrefutável do destino. Portugal não tinha meios para se opor aos desígnios chineses, nem vontade ou justificação política para o fazer. É perfeitamente claro e certo, que uma recusa portuguesa em negociar com a China sobre Macau levaria a uma declaração unilateral chinesa sobre o futuro do Território. Não teríamos nada a ganhar e tudo a perder (p.151).

Com efeito, a transferência de poderes ocorreu no histórico 19 de Dezembro de 1999, concluindo com grande sucesso uma questão diplomática marcada pela sua forte complexidade. A negociação e a transferência de Macau para a administração Chinesa “foi um exemplo notável em termos mundiais e em termos da nossa história e que, em grande parte, se deveu a séculos de amizade e entendimento, onde mais uma vez a assimetria dos nossos países não prejudicou” (Jesus, 2010, p.339).

O contexto político das relações entre Portugal e China é favorável a ambas as partes e aos demais diversos atores que a caracterizam, como observou o Embaixador Chinês em Portugal, “o volume do comércio bilateral tem aumentado consideravelmente, acompanhado por resultados frutíferos registados em intercâmbio e cooperação em sectores como a ciência e tecnologia, cultura, educação, justiça, etc.” (Kexiang, 2007, p.38), assim como “a associação com a República Popular da China, cujo diálogo se iniciou em 1991, vem aumentar a sua importância com o partenariado estratégico, político e de segurança, desde 2003” (Jesus, 2013, p.12).

## **5. Configuração dos Organismos Culturais Portugueses e Chineses**

Neste capítulo serão elencados os atores de maior expressão envolvidos em ações referentes à diplomacia cultural Portuguesa. Serão abordados os atores Estatais, não-Estatais, seguindo-se em subcapítulos próprios o Instituto Camões e o Instituto Confúcio. A ação desenvolvida pelo Instituto Camões é de tal modo extensa e variada, que será apenas possível na presente dissertação elencar as suas atribuições, no anexo I, dada a proficuidade da sua atividade cultural a nível internacional.

### **4.1 Atores Estatais**

No contexto Português, o Instituto Camões é a instituição dedicada à operacionalização da política cultural externa do MNE. A missão e atribuições do Instituto Camões são abordadas no subcapítulo 4.4. assim como o Instituto Confúcio no subcapítulo seguinte.

No setor da cultura e para as relações internacionais, a Secretaria de Estado da Cultura operacionaliza as suas ações, sem prejuízo das atribuições próprias do MNE, através do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 47/2012 de 28 de Fevereiro, entre as suas atribuições se presta a “apoiar e assegurar as relações internacionais na área da cultura, coordenando as ações desenvolvidas no âmbito das relações externas no respetivo setor e os projetos dos serviços e organismos relativos à internacionalização da cultura portuguesa”.

Intimamente associado à projeção da imagem global de Portugal, a AICEP é uma entidade pública de natureza empresarial direcionada à dinamização da globalização da economia portuguesa. A AICEP tem tido um papel importante na projeção da imagem de Portugal no exterior, em conformidade com a sua missão centrada em “aumentar a competitividade e notoriedade de Portugal, através da dinamização de investimento estruturante e da internacionalização das empresas, com especial destaque para as pequenas e médias” (AICEP, 2014, p.1).

O Centro Científico e Cultural de Macau, I.P. do Ministério da Educação e Ciência tem também um papel importante em Lisboa, com várias iniciativas de divulgação cultural, ensino e investigação científica vocacionada para as questões da China e das relações Luso-Chinesas, proporcionando ainda um centro de documentação e um museu dedicado à cultura Chinesa e Macaense.

A nível multilateral, a CPLP operacionaliza as suas atividades de política linguística através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O IILP, sediado em Cabo Verde, goza de autonomia científica, administrativa e patrimonial, com uma presidência bianual rotativa entre países membros.

A nível de ensino superior na China, identificam-se em 2014 pelo menos quinze instituições de ensino superior Chinesas que lecionam Português, nomeadamente:

- Universidade de Pequim
- Universidade de Comunicação da China (Pequim)
- Universidade de Estudos Internacionais de Pequim
- Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim
- Universidade de Economia e Negócios Internacionais de Pequim
- Universidade de Línguas e Cultura de Pequim
- Universidade de Estudos Internacionais de Xangai
- Universidade de Línguas Estrangeiras de Xi'an
- Universidade de Estudos Estrangeiros Tianjin
- Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong
- Universidade de Dalian
- Universidade de Hong Kong
- Universidade de Macau
- Instituto Politécnico de Macau

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau), constituído em Outubro de 2003 pela RPC, organiza o Festival da Lusofonia, um evento que possibilita a reunião de vários atores culturais de países de expressão de língua Portuguesa.

## 4.2 Atores Não-Estatais

O IPOR – Instituto Português do Oriente é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza associativa, autonomia financeira e património próprio. O IPOR tem, no entanto, o Estado Português como o seu associado maioritário e uma ligação estreita ao Consulado Português em Macau, sendo uma organização dinâmica de referência, estável e com resultados significativos em matérias de educação e cultura. Em 2013/2014, o IPOR é principalmente financiado pelo Camões I.P., também com uma participação elevada da Fundação Oriente. De acordo com os seus estatutos, o IPOR (1989) tem como finalidades:

- a) Preservar e difundir a língua e a cultura portuguesas no Oriente, com vista à continuidade e aprofundamento do diálogo intercultural;
- b) Participar no apoio às comunidades de raiz cultural portuguesa, valorizando as ligações com Portugal;
- c) Concorrer, na especificidade da sua intervenção, para o intercâmbio e a cooperação entre Portugal e a RAEM, valorizando a difusão da Língua e Cultura Portuguesas como instrumento privilegiado de promoção das relações culturais, económicas e de cooperação empresarial;
- d) Contribuir para que a RAEM reforce o diálogo Oriente-Occidente, relevando a sua importância histórica como ponto de encontro de culturas (p.1).

Sediado em Macau, o IPOR tem um papel fundamental no ensino do Português, quer em parcerias públicas ou privadas, na medida em que intervém desde a formação de quadros superiores e intermédios, como a nível básico escolar. Segundo dados do IPOR, o universo total de alunos de Português em 2013 foi de 4157 alunos. A criação do IPOR centrou-se em dois objetivos estratégicos, nomeadamente para “integrar a experiência de ensino e de ação cultural que tem vindo a ser realizada em Macau (...) e manter para além de 1999 o apoio aos locais de presença portuguesa na região (...) quer junto dos Leitorados e Cursos de Português, quer dos Centros Culturais junto das representações diplomáticas de Portugal, quer junto das comunidades luso-descendentes da região (Laborinho, 1999, p.92).

Ainda no plano da educação, Macau conta também com a Escola Portuguesa de Macau. A Escola Portuguesa de Macau disponibiliza o currículo escolar português desde o 1º ciclo de estudos ao ensino secundário, sendo uma escola “de raiz portuguesa mas com alteração dos respetivos *curricula* de modo a favorecer igualmente o ensino da língua inglesa e do mandarim” (Monjardino, 2004, p.132). A história desta escola remonta à sua constituição em 1998, herdeira do Liceu de Macau e a Escola Comercial Pedro Nolasco. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, instituída pelo Estado Português através do Decreto-Lei n.º 89-B/98, de 13 de Abril de 1998 e também pela Fundação Oriente e pela Associação Promotora da Instrução dos Macaenses. Esta escola um dos pontos de confluência da comunidade Portuguesa em Macau e um ativo fundamental para o futuro cultural da região. A nível de ensino superior, destaca-se ainda a Universidade Cidade de Macau, que pretende construir uma tradição no ensino do Português com enfoque nas práticas de tradução.

A Fundação Oriente é uma instituição privada portuguesa dedicada à valorização da “herança histórica e o fortalecimento das ligações culturais entre Portugal e os países do Extremo Oriente” (Monjardino, 2004, p.129). Em Lisboa, a Fundação Oriente possibilita o acesso a coleções de arte Portuguesa e Asiática de elevada riqueza patrimonial no Museu do Oriente. Inaugurado em 2008, a ação cultural deste museu tem revelado uma diversa oferta cultural e uma abertura às culturas e patrimónios históricos Asiáticos sem precedentes em Portugal.

Como a própria Fundação Oriente indica, “se a diplomacia e as relações económicas são essenciais, elas terão, porém, de assentar, tal como no passado, nas artes, nas ciências e na cultura, que podem representar formas duradouras de convergência entre as grandes civilizações” (Fundação Oriente, 2014, p.4). Com efeito, a Fundação promove com regularidade o intercâmbio cultural, residências artísticas, exposições de artistas Portugueses e sessões de cinema, sempre envolvendo a comunidade Portuguesa local. A Fundação Oriente acumula recursos humanos que primam pela experiência e pelo conhecimento do terreno em matérias culturais, à semelhança dos recursos disponíveis para a promoção e a difusão da língua e cultura Portuguesas na China no envolvimento de atores como a Fundação Calouste Gulbenkian e a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa.

Uma organização não-governamental com um papel relevante em matéria de publicações e na organização de colóquios e eventos culturais referentes à história e cultura de Macau é o Instituto Internacional de Macau, que desde 1999 apoia a investigação tanto no ensino secundário como superior de Macau e não só, estando aberto à articulação com todo um conjunto de vários atores da sociedade civil.

Outra organização, de dimensões mais pequenas mas também com um papel relevante, será o Observatório da China tem também desenvolvido ações que promovem o entendimento entre ambas as culturas, em várias matérias culturais, através de conferências, exposições e outros eventos culturais, que já tiveram lugar tanto em Lisboa como Pequim.

Por último, sublinha-se a ausência de uma organização de vocação Portuguesa em Hong Kong, com o desaparecimento eminente do Clube Lusitano de Hong Kong, que reduziu substancialmente a sua atividade. Com a exceção da presença do leitorado de Português na Universidade de Hong Kong, a influência cultural Portuguesa é virtualmente inexistente no território.

#### **4.3. O Instituto Camões**

O Camões I.P. é um instituto público que prossegue atribuições do MNE sob superintendência e tutela do respetivo ministro, responsável pela operacionalização da política cultural externa de Portugal.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de Janeiro, que define a missão e as atribuições do Camões, I.P., este instituto tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.

Todas as quarenta e duas atribuições do Camões I.P. encontram-se elencadas em anexo à presente dissertação, dada a extensão das várias atribuições nos domínios da cooperação,

promoção externa da língua e cultura portuguesas e educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do ensino português no estrangeiro. No entanto, destacam-se atribuições que conferem visibilidade internacional ao Camões I.P. como:

- Assegurar a articulação com as autoridades dos países beneficiários de cooperação para o desenvolvimento;
- Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a participação portuguesa nas atividades da CPLP relacionadas com a cooperação;
- Promover ações de formação em matérias de desenvolvimento;
- Assegurar a representação do País na negociação de acordos culturais e respetivos programas de cooperação, coordenando a participação dos departamentos do Estado com atribuições nos domínios da cultura, educação, ensino superior, juventude, desporto e comunicação social;
- Estabelecer programas de apoio à criação de cátedras e de departamentos de português ou estruturas equivalentes em universidades estrangeiras e escolas e à contratação local de docentes;
- Promover, coordenar e desenvolver a realização de cursos de língua portuguesa e outros conteúdos culturais, quer em sistema presencial, quer por recurso a tecnologias de informação e comunicação;
- Conceber, promover, propor, apoiar e executar a produção de obras e projetos de divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro;
- Estimular, apoiar e promover ações que favoreçam a divulgação e o intercâmbio internacional das formas de expressão artística, designadamente nas grandes mostras e eventos internacionais;
- Conceder bolsas, subsídios ou outros apoios decorrentes de acordos culturais ou programas de difusão da língua e da cultura portuguesas, em conformidade com o regulamento interno;
- Coordenar a atividade dos leitorados de língua e cultura portuguesas;
- A promoção da produção e divulgação de materiais pedagógicos e culturais especificamente para o ensino da língua portuguesa no estrangeiro;

Em articulação com o Governo da RPC, o Camões I.P. presta também apoio no processo de atribuição de bolsas por parte da RPC no âmbito do programa de execução de Intercâmbio Cultural entre a China e Portugal. O Instituto Camões operacionaliza todo um conjunto de atividades científicas e culturais através dos seus Centros de Língua Portuguesa, geralmente estabelecidos em instituições de ensino superior ou junto das Embaixadas ou Consulados.

Estes centros são um ponto de contacto presencial focados no ensino, na investigação e na componente de dinamização cultural. Em 2014, contam-se 61 Centros de Língua Portuguesa no mundo, sendo três deles os Centros de Pequim, Xangai e Macau.

A nível de ensino superior da língua Portuguesa, em 2014, o Instituto Camões assegura a atividade de leitorado de Português em 61 países e em cooperação com 207 instituições. Na China, as unidades de Português referentes ao Instituto Camões encontram-se presentes nos programas da Universidade de Hong Kong, Universidade de Comunicação da China (Pequim), Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim e na Universidade de Estudos Internacionais de Xangai.

Para atividades culturais, o Instituto Camões conta igualmente com os Centros Culturais Portugueses, criados para este efeito. Na China, estes Centros adquiriram forma com o IPOR em Macau e com a Secção Cultural da Embaixada de Portugal em Pequim, em linha com o programa do XIX Governo Constitucional que aponta para “reformular e projetar o Instituto Camões como instrumento vital da política externa cultural e da afirmação de uma política da língua” (PCM, 2011, p.108).

#### **4.4. O Instituto Confúcio**

O Instituto Confúcio é uma organização sem fins lucrativos instituída pelo Ministério da Educação da RPC. O Instituto opera desde 2004 e em Agosto de 2014 conta com 357 institutos em todo o mundo, de acordo com dados obtidos do Instituto Confúcio, estando presente em Portugal na Universidade de Lisboa e na Universidade do Minho.

A sua missão é maioritariamente educacional, centrada na cooperação entre a China e o exterior. O Instituto Confúcio “dedica-se a adaptar a aprendizagem do Mandarim às

necessidades dos estrangeiros, aumentar o conhecimento da população mundial sobre a língua e a cultura Chinesa e intensificar o intercâmbio, a cooperação educacional e cultural entre a China e outros países” (Instituto Confúcio, 2011, p.1).

Neste sentido, o Instituto Confúcio é o ponto de ligação e promoção da língua, cultura e valores Chineses pelo mundo, tanto presencialmente, como através da disponibilização de materiais *online*. A gestão destes institutos cabe ao *Hanban*, a Secretaria para o Ensino do Internacional da Língua Chinesa, sediado em Pequim, responsável pela “colocação de professores, desenvolvimento e distribuição de materiais de apoio e pela coordenação da cooperação entre os parceiros na China e no estrangeiro na gestão dos institutos” (Hartig, 2011, p.59).

Ainda, de acordo com a missão do Instituto Confúcio, são elencadas pelo Instituto quatro atribuições operacionais:

- Ensinar Chinês para pessoas de todos os grupos sociais;
- Formar professores e fornecer recursos para o ensino do Chinês;
- Fornecer informações sobre educação, cultura, economia e sociedade da China;
- Realizar estudos sobre a China contemporânea.

Estes Institutos, a nível da sua implementação internacional, são abertos em sistema de parceria através da ação do Ministério da Educação da RPC, com o estabelecimento de contactos com as potenciais instituições de ensino superior parceiras no país de destino, ou até mesmo através do processo inverso, pois os estatutos permitem que sejam “os parceiros internacionais a tomar a iniciativa de abrir um Instituto Confúcio” (Hartig, 2011, p.59).

## 5. A Diplomacia Cultural nas Relações Culturais Portugal-China

Este capítulo procura abordar sucintamente os modelos e a suas aplicações nas relações culturais entre Portugal e a RPC, com destaque para Macau, dada a sua especificidade histórica e cultural lusófona que caracteriza este território. Os próximos três subcapítulos serão focados principalmente nos aspetos materiais que constituem a diplomacia cultural referente aos dois países.

### 5.1 Enquadramento Teórico

O século XXI, mesmo com a disseminação global de objetos culturais uniformizados, os alicerces fundamentais que compõem a diversidade cultural no mundo permanecem (Nye Jr., 2003), com conjuntos de valores e características culturais distintas.

Entre a cultura Portuguesa e Chinesa, é necessário considerar que as tradições intelectuais serão sempre diferentes, com matrizes culturais que podem não coincidir, pois são duas culturas distantes nas suas matrizes culturais. Em matérias de cultura, convém distinguir duas vertentes operacionais (Lara, 2011), que podem centradas por um lado na:

*Cultura material* que compreende o conjunto dos objetos de meios materiais criados e utilizados pelo Homem; por outro, na *Cultura espiritual* que designa toda a restante parte da «herança social» não enquadrável na Cultura material e que compreende, sobretudo, o domínio das ideias (conceitos, crenças, usos, costumes, tradições, instituições mentais, etc.) (p.160).

Toda a questão cultural Chinesa merece estudos específicos de área, tal a dimensão da sua riqueza distintiva e especificidade. A formação de especialistas nesta matéria é estrategicamente importante se considerarmos três aspetos centrais, no que respeita à enorme diferença cultural entre Portugal e a RPC.

Em primeiro, observa-se a particularidade da cultura Chinesa ser “uma cultura que se projeta na antiguidade a vários milénios, com uma evolução baseada predominantemente numa etnia – os Han – e que sofreu muito pouca influência exterior” (Jesus, 2007, p.22). Seguidamente, há a questão material de ser uma cultura assente na “escrita ideográfica,

enquanto que, por exemplo, na cultura e civilização ocidental, as escritas sempre foram fonéticas” (*ibidem*, p.23). E por último, o aspeto espiritual, que em muito difere logo a partir das construções mentais pois “se a linguagem é condicionada pelo pensamento que a exprime, ela condiciona igualmente o pensar e o sentir” (*ibidem*, p.22).

Entre a cultura Portuguesa e Chinesa, é necessário considerar que as tradições intelectuais serão sempre diferentes, com matrizes culturais que podem não coincidir, pois ambas as partes referem-se a culturas com referenciais distantes, mesmo quando partilham elementos comuns. Mais ainda se for considerado que “embora a grande máquina da cultura material visível possa ser muito impressionante, não passa de facto da ponta do iceberg, pois abaixo da linha de água trabalha a potente máquina da cultura espiritual, isto é, as estruturas das representações mentais, um tudo feito de ideias, de núcleos conceptuais complexos, nem sempre integrados harmoniosamente (Bessa, 1997, p.52).

As relações culturais entre Portugal e a China prendem-se principalmente, no início do século XXI, com as ligações comerciais, sendo que a questão da língua Portuguesa nesta região da Ásia representa “um instrumento da expansão económica de países como o Japão e a China” (Moreira, 2010, p.15). Na perspetiva Portuguesa, “a Ásia é parte do nosso património cultural e político e como tal, deve definir-se nas vertentes económicas, políticas e culturais da nossa Estratégia Nacional” (Jesus, 2013, p.15).

## **5.2 Modelos e Aplicação**

As relações culturais entre Portugal e China são marcadas por um património histórico de enorme relevância, sendo que este património é contínuo e sempre presente, pois no início do século XXI as boas relações históricas representam um capital político e comercial muito significativo para ambas as partes, apesar da assimetria geográfica e económica. Para além do passado histórico das relações Sino-Portuguesas, é importante sublinhar que “a Declaração Conjunta assinada com a República Popular da China e que permitiu a transição exemplar de Macau (...) possibilitou que Macau nunca fosse um pomo de discórdia, mas um lugar de diálogo e amizade entre a China e Portugal” (Jesus, 2013, p.15). Neste sentido, as relações entre os dois países encontram-se focadas numa base económica de ganhos

mútuos, sem clivagens políticas ou militares, o que facilita o estabelecimento de bases para o desenvolvimento das relações culturais.

Sem descurar os contextos e as ações bilaterais, a China atua também na abordagem multilateral, sendo a CPLP o interlocutor à sua dimensão geoestratégica. Neste sentido, o Fórum Macau já possibilitou a realização das Conferências Ministeriais de 2003, 2006, 2010 e 2013 (com a quinta Conferência prevista para 2016). A nível cultural, foram definidos na Conferência de 2013 seis pontos de cooperação nas áreas da cultura, rádio, cinema, televisão e desporto que incidem sobre o fortalecimento e o estímulo dos “mecanismos de cooperação, (...) grupos artísticos e empresas das indústrias culturais, (...) implementação em Macau de programas de formação e estágios, (...) introdução recíproca nos seus países de obras cinematográficas e televisivas, (...) cooperação na área desportiva (...) e acordaram em continuar a incentivar atividades de cariz cultural e artístico e promover esforços para a profissionalização dos grupos culturais” (Fórum Macau, 2013, p.104).

No plano bilateral, a ação mais recente corresponde à assinatura de três protocolos de cooperação cultural entre Portugal e RPC, assinados em Junho de 2014. Um dos protocolos visa a projeção da imagem de cada um dos países com um protocolo celebrado entre a RTP e o canal estatal Chinês CCTV para a produção de conteúdos em forma de documentário sobre cada um dos países, possibilitando também o intercâmbio tecnológico e outras futuras coproduções. Também no setor da comunicação social, foi estabelecido outro protocolo entre os mesmos atores para cooperação noticiosa e para a gestão e divulgação de informação nos dois órgãos. O terceiro protocolo, celebrado entre o MNE e o Ministério da Cultura da RPC, visa a remodelação da Secção Cultural Portuguesa da Embaixada de Portugal em Pequim, para ser estabelecido um Centro Cultural, com a respetiva reciprocidade em Lisboa.

Também em Pequim, com abertura prevista em 2014, ficará uma representação permanente do Instituto do Turismo de Portugal com o objetivo de aumentar o turismo Chinês em Portugal, um setor em grande crescimento na China. De acordo com os dados oficiais mais recentes do Instituto Nacional de Turismo Chinês, o número de turistas *outbound* que visitaram outros países aumentou 18,4% de 2011 para 2012, perfazendo um total de 83.182.700 cidadãos Chineses em 2012 (CNTA, 2013, p.1).

Por último, no contexto pós-1974, os textos legais referentes às relações culturais entre Portugal e a RPC são, até 2014, os seguintes:

- Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China, de 8 de Abril de 1982;
- Convénio Básico de Cooperação Científica e Técnica entre a República Portuguesa e a República Popular da China (a Secretaria de Estado para a Ciência e Tecnologia de Portugal e a Comissão de Estado da Ciência e Tecnologia da RPC) de 13 de Abril de 1993 (complementado pela Declaração Conjunta de 1997);
- Acordo de Cooperação no Domínio do Desporto entre a República Portuguesa e a República Popular da China, de 22 de Julho de 1991;
- Acordo de Cooperação na Área da Educação e Cultura entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, de 29 de Junho de 2001;
- Programa Executivo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China, nos Domínios da Língua, Educação, Ciência, Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desportos e Comunicação Social para 2005-2007, de 12 de Janeiro de 2005;
- Protocolo de Colaboração entre o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Instituto Internacional de Macau, de 1 de Abril de 2003;
- Acordo do Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, de 23 de maio de 2001 (que entrou em vigor a 6 de julho de 2003);
- Protocolo de Cooperação no Domínio do Desporto entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China de 28 de junho de 2001 (que entrou em vigor a 30 de junho de 2002);
- Acordo de Cooperação na Área da Educação e Cultura entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, de 29 de junho de 2001 (que entrou em vigor a 3 de outubro de 2002);
- Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, de 10 de julho de 2001 (que entrou em vigor a 14 de maio de 2004);

- Protocolo de Cooperação no Domínio dos Arquivos entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, de 14 de Setembro de 2007;
- Programa Executivo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa nos Domínios da Cultura, Língua, Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Juventude, Desporto e Comunicação Social para 2010-2013.

### 5.3 Macau Como Plataforma Cultural

Desde a transição da administração de Macau em 1999, a China tem potenciado as suas relações económicas e comerciais com os países de língua Portuguesa tanto no plano bilateral como multilateral através de organizações como a CPLP ou o Fórum Macau. Com efeito, a especificidade lusófona de Macau, tanto a nível de língua oficial como de matriz jurídica, permitiu uma abertura política e económica com a China que pode ser considerada como estável e frutífera.

Aquando da transição da soberania de Macau, foi observada por Narana Sinai Coissoró (1999) uma estratégia tridimensional, considerando o património histórico, cultural e social:

Portugal definiu uma estratégia para a transição de Macau assente em três eixos: *identidade*, respeitante à preservação e reforço de valores e símbolos que caracterizam as comunidades de Macau; *autonomia*, que incide sobre a existência de instituições, processos e mecanismos que evitem descontinuidades no quadro da Região Administrativa Especial de Macau e, a *utilidade* que complementa os outros dois eixos e que se insere numa lógica de optimização dos recursos económicos, tecnológicos e humanos de que Macau dispõe para a sua inserção na região (p.395).

A nível de diplomacia cultural, será seguro afirmar que, como orientação principal, procurou-se e considerou-se que “o desenvolvimento de uma capacidade dinamizadora dos valores culturais, o intercâmbio de conhecimentos nos mais diversos e potenciais setores e uma efetiva cooperação entre as instituições, possibilitam-nos partilhar toda a secular riqueza acumulada no património sócio-cultural que temos para oferecer uns aos outros” (Rangel, 1999, p. 108). Com efeito, a redação da Lei Básica da RAEM (1999) destaca a herança cultural

Portuguesa no seu Artigo 42.º onde “os interesses dos residentes de ascendência portuguesa em Macau são protegidos, nos termos da lei, pela Região Administrativa Especial de Macau. Os seus costumes e tradições culturais devem ser respeitados”.

No caso de iniciativas culturais referentes a Macau, existem várias oportunidades de promoção e colaboração. Destacam-se eventos como o Festival Literário de Macau e a Feira Internacional de Macau. O Festival Literário promove o encontro multilíngue de autores Lusófonos, Chineses e de outras nacionalidades, representando uma grande oportunidade de exposição para a cultura Portuguesa e que terá a sua quarta edição em 2015. O Consulado de Portugal em Macau, conjuntamente com o IPOR, fazem-se representar e, sempre que possível, prestar apoio em diversos eventos e iniciativas organizadas pela Fundação Oriente e pela Escola Portuguesa.

Sobre Macau, refere o Professor Adriano Moreira que “pode ser um centro de excelência na investigação, no ensino e na formação, ambicionado por candidatos dos territórios identificados pela mesma língua, ou por valores culturais comuns, os quais, depois de titulados, são multiplicadores dos laços de solidariedade (Moreira, 2005, p.132). No entanto, o contexto cultural de Macau é bastante singular na medida em que o Português, uma das línguas oficiais, é dominado apenas por 4% da população, segundo dados de 2010 do Observatório de Língua Portuguesa, o que corresponde a cerca de 22000 falantes de Português no território. Por outro lado, o exotismo e a mitologia associados a Macau são uma característica que marca um aspeto literário pouco divulgado em Portugal no século XXI, pois Macau recebeu na sua história escritores que formam o cânone literário Português como o próprio Camões, Bocage, Wenceslau de Moraes e Camilo Pessanha. Ainda sobre esta ausência, observou Almerindo Lessa (1995),

No que respeita a Luís de Camões, não se têm esquecido as datas de nascimento e da publicação de *Os Lusíadas*, a batalha de Ceuta, o naufrágio no rio Mekong, os últimos com o Jau, o túmulo, o monumento em Lisboa; mas nem uma só vez se alude à sua vida no Extremo Oriente e muito menos à Gruta de Macau (p. 431).

Colocando de parte questões Camonianas e observando agora o próprio contexto da língua falada e escrita em Macau, a realidade da aplicação da língua Portuguesa no dia-a-dia do território é um caso peculiar, pois “se o Português enquanto língua não pode aspirar à

comunicação oral no quotidiano de Macau, a verdade é que o Português é necessário e utilizado em contextos diversos, nomeadamente enquanto língua de administração e língua jurídica” (Laborinho, 1999, p.91). Até no contexto jurídico, o desenvolvimento de Macau está sujeito às dinâmicas de um pluralismo legal onde, para além da influência da legislação Portuguesa, a sociedade Macaense é também regida pela “lei consuetudinária do Sul da China, a lei das seitas, a lei da República Popular da China e a lei de Hong Kong” (Cabrita, 2000, p.180).

O caso de Macau é muito específico, considerando que o Português é língua oficial no território. Mas ao contrário de Angola, Cabo Verde ou Moçambique, “o Português não é no Oriente uma língua unificadora, (...) não traz benefícios de ordem material” (Monjardino, 2004, p.131). Apesar do ensino do português ser considerado e incentivado superiormente na administração pública Macaense, a aprendizagem efetiva da língua não ocorre nos quadros intermédios, o que é visível em vários setores da administração pública. De acordo com consultas no terreno a especialistas e dirigentes, haverá um desinteresse gerado pela aplicabilidade artificial da língua, com a realização de formações de curta duração de Português, suficientes apenas para cumprirem os requisitos formais internos aos serviços a que se destinam e que não resultam no estudo efetivo da língua. Este fenómeno ocorre mesmo apesar dos esforços e incentivos das instituições de ensino para a aprendizagem da língua, visto que vários técnicos superiores Macaenses reconhecem a falta de interesse e ausência de motivações para a aprendizagem do Português. Sobre contextos como este, foi observado num estudo recentemente articulado com o Instituto Camões:

“O reforço do ensino do Português é uma medida fundamental que não se deve confinar à oferta direta de cursos de Português como segunda língua. A certificação de cursos e a realização de exames podem ter um efeito multiplicador muito elevado que congregue instituições de ensino públicas e privadas dos mais diversos países” (Reto, 2012, p.192).

Quanto aos vetores da internacionalização da cultura, “no campo das instituições universitárias que trabalham em conjunto com o sector empresarial, a organização frequente de seminários, conferências e cursos de especialização à volta da integração geoeconómica e geocultural de Macau, gestão num ambiente multicultural e direito

comparado, em simultâneo com a promoção de publicações de natureza científica nestes mesmos temas, constituem ambos um fator central na internacionalização da cultura de Macau (Romana, 2000, p.125).

Macau é frequentemente referenciado nos meios de comunicação lusófonos como plataforma cultural, na medida em que Macau é o elo de ligação entre a China e o universo da CPLP. A República Popular da China incorporou por completo a herança lusófona de Macau, tendo delegado ao governo desta região “a responsabilidade pelo processo de aproximação com os Estados [da CPLP] abrangidos pela iniciativa. A delegação traduz-se em que Macau desempenhará a função de plataforma negocial na área das relações económicas que a China pretende fortalecer” (Moreira, 2010, p.12).

No entanto, na sequência da realização de entrevistas informais a dirigentes de organizações culturais em Macau, continua a haver a necessidade da implementação de estratégias, tal como fora observado em 2004 na necessidade de “uma estratégia concertada, não dispersa, sem disseminação ou sobreposição de competências por diversos organismos e instituições, a par do controlo acrescido das decisões quanto à diplomacia cultural enquadrada pela política externa em geral e articulada com as restantes vertentes da mesma” (Stock, 2004, p.259).

A criação e o desenvolvimento ativo das relações comerciais associadas ao Fórum Macau, fazem dele “um importante elemento de hoje no relacionamento de Portugal com a China, mas se devidamente equacionado do ponto de vista estratégico, de um desafio para o futuro das nossas relações bilaterais num quadro alargado” (Jesus, 2010, p.339). Com efeito, o balanço dos primeiros dez anos, desde a sua criação em 2003, será positivo segundo a Secretária Geral Adjunta Rita Santos, onde “já temos um ambiente frutífero para futuramente aprofundar mais e concretizar melhor o papel de serviços de plataforma de Macau” (Santos, 2013, p.1).

## 6. Conclusões

Depois de analisados os atores intervenientes na diplomacia cultural portuguesa na China e, especificamente, em Macau, poder-se-á concluir que a otimização da operacionalização dos ativos culturais necessitará de estudos para a elaboração de um plano estratégico de diplomacia cultural. Atendendo à contenção de recursos e à necessária prudência económica, ganhar-se-ia maior capacidade de atuação ao determinar especificamente onde as ações de diplomacia cultural serão mais eficazes e como terão mais impacto, de modo a articular a política externa com um contexto geoestratégico para a região da China.

Nota-se também que nunca será demais a formação de especialistas em cultura e línguas Chinesas para o acesso privilegiado à região e para o desenvolvimento da terceira dimensão da diplomacia pública (na perspetiva de Mark Leonard). Será necessário compreender para ser compreendido, sendo fundamental conduzir as relações culturais com um conhecimento sólido e crescente da língua e cultura em questão. Neste sentido, serão sempre necessários especialistas que reúnam o domínio das duas línguas de ligação. Igualmente necessária será a produção cultural bilingue ou com o cruzamento efetivo e não artificial de elementos culturais Portugueses e Chineses.

O conceito de plataforma é frequentemente usado no discurso político, institucional e académico referente a Macau. No entanto, uma plataforma funcional requer primeiramente que se constitua um ponto de confluência, antes de ser entendida como um ponto de partida para o exterior, tanto a nível de parcerias, de cooperação ou investimento. Neste sentido, parece ser necessário organizar e coordenar os recursos disponíveis para que se possam exercer ações próprias à dimensão de uma plataforma, que, na perceção de vários quadros e dirigentes de organizações Macaenses ligadas ao ensino e cultura, carece de uma estratégia clara e concertada.

Foi observado, ao longo de contactos informais com agentes diplomáticos e dirigentes de instituições públicas e privadas que, apesar de haver um discurso de intenções no plano do ensino do Português na China e em Macau, não se encontra uma estratégia própria, com objetivos definidos. Existem recursos com uma capacidade considerável, começando pelas universidades que lecionam Português na China. No entanto, num país onde o número de estudantes universitários do 1º ciclo ultrapassa os 6 milhões, pois segundo dados do

Ministério da Educação Chinês, terão sido 6.888.336 alunos em 2012, (MERPC, 2012, p.1), os cursos de Português nas universidades Chinesas ainda têm pouca expressão, geralmente com pequenas turmas individuais de 20 alunos, segundo dados recebidos das próprias universidades. O Português continua visto como uma língua desnecessária, sem expressão, comparado com o ensino de outros idiomas mais presentes no território como o Inglês, Japonês e Francês.

Neste contexto, é necessário identificar eficazmente a real necessidade da aprendizagem da língua Portuguesa no terreno, identificando as oportunidades e concebendo uma programação estratégica em conjunto com as instituições de ensino presentes na China. Identificando as necessidades locais e regionais, com a criação de materiais de aprendizagem, é possível operacionalizar a implementação destes produtos na área cultural e do ensino, na forma de materiais de aprendizagem e trabalho, aplicações informáticas, formações, cursos e intercâmbios culturais.

Pequim conta já com alguns cursos e docentes de Português. Macau ainda não chegou à fase em que se poderá considerar como plataforma lusófona de excelência nas áreas do ensino e da cultura, na medida em que Hong Kong concentra as principais universidades da região, o Português é falado por uma minoria e a ausência de uma estratégia clara para a língua e difusão da cultura Portuguesa é uma realidade observável em Macau. As principais instituições culturais e académicas operam sem uma articulação comum e sem terem pleno conhecimento das atividades que são desenvolvidas na sua globalidade. O Governo da RAEM também ainda não demonstrou medidas para reunir estas instituições públicas e privadas para a conceção de uma estratégia comum. Há um discurso político positivo quanto à aprendizagem do Português mas, na prática, ainda não foi concebida uma maneira de se articularem os diferentes atores envolvidos, desde as escolas, às empresas ou às associações profissionais.

Conclui-se também que é necessária uma dimensão de reflexão para se perceber qual a melhor maneira de se estruturar a ação regional a aplicar na China e também no Sudeste Asiático. Para tal, seria necessário identificar parceiros localmente para o posterior estabelecimento de uma rede que permita ter conhecimento suficiente sobre as atividades em desenvolvimento referentes às áreas do ensino e da cultura. Neste sentido, a ausência

de planeamento e estratégia poderá explicar a discreta mobilização de recursos privados nas áreas do ensino do Português e dos atores culturais Portugueses na China. Em parte, a diplomacia cultural já encontrou visões muito críticas que a perfilam como uma atividade superficial, sem conteúdo e desligada das verdadeiras manifestações culturais que ocorrem fora do seu alcance, deixando à margem atores da sociedade civil na área da cultura e outras instituições, sem a exploração das sinergias possíveis no encontro da agenda de governo e as restantes agendas destas organizações

No relacionamento institucional com a RPC, Portugal procura uma ligação cultural não conflituosa, no que respeita à visibilidade internacional em matérias fraturantes como questões de direitos humanos, liberdade de expressão, entre outras. Nesse sentido, Portugal tem sido coerente com a sua mensagem internacional perante a China, pois apresenta-se sempre perante este gigante económico com uma imagem e uma mensagem positiva, que defende os interesses da diplomacia económica Portuguesa, salvaguardando dentro do possível a sua herança histórica nacional.

A mensagem é una e consistente, na medida em que as diferenças culturais não se apresentam como obstáculo para o fortalecimento das relações comerciais entre os dois países. No entanto, nos bastidores do quotidiano, as diferenças culturais serão sempre um obstáculo que irá requerer investimento estratégico na área do ensino e da cultura para o exercício da influência e para o crescimento da confiança entre as partes envolvidas. A coordenação entre programas e o investimento estratégico no ensino e na cultura nesta região permitirá, a um preço relativamente baixo, materializar os valores intrinsecamente Portugueses da participação, do desenvolvimento, da educação, e também dos direitos humanos e liberdade de expressão, sem entrar em conflito com o equilíbrio delicado da organização social e política Chinesa.

Conclui-se também que os acordos de cooperação cultural assinados pelos dois Estados são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento das relações culturais, possibilitando um vasto campo de atuação ao alcance dos vários atores nacionais presentes no meio cultural e académico. Conclui-se também que o último acordo de 2014, é mais específico a nível de conteúdos culturais, nomeadamente no que respeita à produção recíproca de documentários sobre ambos os países para a projeção da imagem e “marca” nacional.

Mesmo assim, não há uma tradição em Portugal de incorporar elementos de uma matriz cultural estrangeira num objeto cultural, com vista a cativar públicos estrangeiros. Aliás, em Portugal não se identifica qualquer ator cultural dedicado à adaptação de obras Chinesas em 2014, não havendo assim qualquer referência cultural Chinesa que possa ser identificada, com a exceção da atividade exercida pela Fundação Oriente e o Museu do Oriente que muito têm trabalhado para a divulgação e estudo da cultura Asiática em Portugal.

A consolidação e o desenvolvimento das relações culturais entre Portugal e a RPC está na essência da própria tradição histórica destes povos, que em si já são reconhecidos pela recíproca abertura, mas que ainda avistam um longo caminho para a compreensão mútua, que permita uma cumplicidade social e política, uma cumplicidade que até está ao alcance de ambas as partes. Terminando, com uma reflexão de António Marques Bessa (1997), aqui pertinente às questões da existência, ou não, de uma estratégia para a diplomacia cultural:

Os elementos culturais integrantes das justificações nacionais, as ideias centrais da identidade nacional, os mitos, poderosos agentes de integração e ação, a história de vitórias e derrotas, a língua especial de comunicação com os seus sinais apenas pressentidos, as tradições e os seus emblemas, os heróis, as aventuras felizes e as humilhações, o padrão ético da vida em comum, as vinculações, enfim, no dizer de Malraux, a memória feliz das coisas feitas no passado, que fundamentam a vontade de as continuar a fazer no futuro (p.52).

## Bibliografia

- AICEP (2014). *Sobre a AICEP*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/SobreNos/Paginas/SobreNos1.aspx>
- Almeida, M. (2003). A Diplomacia Pública. *Negócios Estrangeiros*, 6, 61-72.
- Bessa, A. (1997). *O Trabalho das Ideias*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Bosworth, S. (2013). The Edward R. Murrow Center for Public Diplomacy: Message from the Dean. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em <http://fletcher.tufts.edu/Murrow/About/Message>
- Cabrita, I. (2000). *The Legal System of Macau: The Humanistic Legacy. Macau in the Pearl River Delta* (159-184). Lisboa: Instituto do Oriente.
- Castro, A. (2013). 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy 'to win hearts and minds' through sports and football. *PD Magazine*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em <http://publicdiplomacy magazine.com/2014-fifa-world-cup-and-2016-olympic-games-brazils-strategy-to-win-hearts-and-minds-through-sports-and-football/>
- Cicero, M. (1593). *Tusculanae Disputationes – Liber II* [45 a.C]. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: <http://purl.pt/15232/3/#/0>
- Coissoró, N. (1999). Macau na Véspera da Transferência. *Forum Macau – A Presença Portuguesa no Pacífico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 379-398.
- Constantinescu, E. (2013). What is Cultural Diplomacy? A Definition by President Emil Constantinescu. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: <http://youtu.be/XcgkSkp0naY>
- CPLP (2010). *Plano de Ação de Brasília*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CMNE/Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf>
- Cull, N. (2009). *Public Diplomacy before Gullion: The Evolution of a Phrase*. Snow N. and Taylor P. (Ed.), *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (19-23). Nova Iorque: Routledge.
- \_\_\_\_\_ (2010). Public diplomacy: Seven lessons for its future from its past. *Place Branding and Public Diplomacy*, 6, 11-17.

- Cummings M. (2003). *Cultural Diplomacy and the United States Government: A Survey*. Washington, D.C: Center for Arts and Culture.
- Denzin, N. (1994). *The Art and Politics of Interpretation*. N. Denzin & Y.Lincoln (eds.), *Handbook of Qualitative Research* (500-515). Londres: Sage.
- Dewey, J. (1916). *Democracy and Education: an introduction to the philosophy of education*. Nova Iorque: MacMillan.
- Dias, J. (1995). *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ding, S. (2014). Chinese Soft Power and Public Diplomacy: An Analysis of China's New Diaspora Engagement Policies in the Xi Era. *EAI Fellows Program Working Paper Series, 43*, 1-24.
- Dodds, K. & D. Atkinson (2000). *Geopolitical Traditions, a Century of Geopolitical Thought*. Londres: Routledge.
- EUNIC (2011). *Europe-China Cultural Compass*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: [http://site.eunic-online.eu/sites/euniconline.eu/files/EN\\_Europe %20China %20Cultural%20 Compass\\_E-Book\\_2011\(2\).pdf](http://site.eunic-online.eu/sites/euniconline.eu/files/EN_Europe%20China%20Cultural%20Compass_E-Book_2011(2).pdf)
- Fernandes, M. (2008). *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas 1945-2005*. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série A: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal.
- Finn, H. (2003). The Case for Cultural Diplomacy – Engaging Foreign Audiences. *Foreign Affairs, 82*, 15-20.
- Fitzpatrick, K. (2011). *U.S. Public Diplomacy in a Post-9/11 World: From Messaging to Mutuality*. Los Angeles: USC Center on Public Diplomacy, Figueroa Press.
- Fontoura, L. (2006). *O Poder na Relação Externa do Estado. A Equação de Cline*. Lisboa: Sociedade de Geografia.
- Fórum Macau (2013). *Conferência Ministerial de 2003, 2006, 2010 e 2013, Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial*. Macau: Governo da Região Especial Administrativa de Macau.
- Fundação Oriente (2014). *Fundação Oriente, o Museu*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: [http://www.museudoorientep.t/209/o-museu.htm#](http://www.museudoorientep.t/209/o-museu.htm#VAcjrflDWPs)
- Gama, J. (2007). Discurso de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República Jaime Gama. *Seminário: Comemoração dos 20 Anos da Assinatura da Declaração*

*Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau.* Lisboa: Assembleia da República, Coleção Relações Externas, 14-17.

Guedes, A. (1992). *Dicionário de Diplomacia Cultural Portuguesa.* Lisboa: edição de autor.

Hartig, F. (2011). Confucius Institutes and the Rise of China. *Journal of Chinese Political Science*, 17, 53-76.

Hellkötter, K. (2011). *Europe-China Cultural Compass.* EUNIC & Goethe-Institut.

Henriques, M. & A. Paradelo (2006). Uma Fórmula de Soft Power. *Nação e Defesa*, 113. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 107-128.

Hongying, W. (2011). *China's Image Projection and Its Impact.* J. Wang (Ed.), *Soft Power in China: Public Diplomacy through Communication* (37-56). Nova Iorque: Palgrave Macmillan series in global public diplomacy.

Hooghe, I. (2011). *The Expansion of China's Public Diplomacy System.* J. Wang (Ed.), *Soft Power in China: Public Diplomacy through Communication* (19-36). Nova Iorque: Palgrave Macmillan Series in Global Public Diplomacy.

Instituto Camões (2014). *Estatísticas da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.* Consultado em 17 de Setembro 2014, em: [http://www.instituto-camoes.pt/index.php?Itemid=1560&option=com\\_moofaq&view=category&id=734](http://www.instituto-camoes.pt/index.php?Itemid=1560&option=com_moofaq&view=category&id=734)

Instituto Confúcio (2011). *Perfil do Instituto Confúcio.* Consultado a 17 de Setembro de 2014, em : [http://portuguese.chinese.cn/article/2011-11/14/content\\_380508.htm](http://portuguese.chinese.cn/article/2011-11/14/content_380508.htm)

IOC (2010). *Final Report of the IOC Coordination Commission, Games of the XXIX Olympiad, Beijing 2008.* Lausanne: International Olympic Committee.

IPAD (2011). *Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação.* Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

IPOR (1989). *Estatutos do IPOR.* Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: <http://ipor.mo/wpcontent/uploads/2013/10/Estatutos-novo-Logo.pdf>

Jesus, J. (2007). *Faces da China.* Lisboa: Editorial Inquérito.

\_\_\_\_\_ (2010). Relações Portugal-China, um Passado, um Presente, um Desafio para o Futuro. *Estratégia*, Vol. XIX, 337-340.

\_\_\_\_\_ (2013). Precisar Portugal de uma Política Externa para a Ásia? *Nação e Defesa*, 134, 8-20.

- \_\_\_\_\_ (2014). Diplomacia. Em *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho, org. (pp.151-153). Alfragide: Dom Quixote.
- Jian, W. (2011). *China's Search of Soft Power*. J. Wang (Ed.), *Soft Power in China: Public Diplomacy through Communication* (1-18). Nova Iorque: Palgrave Macmillan series in global public diplomacy.
- Kelley, J. (2009). *Between "Take-offs" and "Crash Landings": Situational Aspects of Public Diplomacy*. Snow N. & Taylor F. (eds.), *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (72-85). Nova Iorque: Routledge.
- Kexiang, G. (2007). Discurso de Sua Excelência o Embaixador da República Popular da China em Lisboa, Gao Kexiang. *Seminário: Comemoração dos 20 Anos da Assinatura da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau*. Lisboa: Assembleia da República, Coleção Relações Externas, 36-39.
- \_\_\_\_\_ (2010). Abertura do Seminário: Trinta Anos de Relações Diplomáticas Luso-Chinesas e Dez Anos sobre a Transferência da Administração de Macau para a China. *Negócios Estrangeiros, Especial Fevereiro*, Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal.
- Laborinho, A. (1999). Por uma Lusofonia do Oriente: Sinais do Passado, Estratégias do Presente. *Fórum Macau – A Presença Portuguesa no Pacífico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 83-95.
- Lara, A. S. (2000). *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- \_\_\_\_\_ (2009). *O Interesse Nacional, a Política Externa Portuguesa e as Ideologias*. Lisboa: Dislivro.
- \_\_\_\_\_ (2011). *Ciência Política, Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Leal, C. (2014). Diplomacia Económica. Em *Enciclopédia das Relações Internacionais*, Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho, org. (pp.151-153). Alfragide: Dom Quixote.
- Leonard, M. (2002). *Public Diplomacy*. Londres: Foreign Policy Centre.
- Lessa, A. (1995). *Macau – Ensaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*. Lisboa: Editora Internacional.

- Macedo, H. (2014). A Língua Portuguesa vai ser preservada por razões culturais e políticas. *Hoje Macau*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: <http://hojemacau.com.mo/?p=68531>
- Maltez, J. (1990). *As Raízes e o Destino da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa.
- Martins, M. (2011). Smart Power e diplomacia pública da RPC perante os Bric. *Daxiyangguo*, 16, 33-52.
- Mendes, C. (2013). A Relevância do Fórum Macau: o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. *Nação e Defesa*, 134, 279-296.
- Mendes, N. (2005). *A "Multidimensionalidade" da construção identitária em Timor-Leste: Nacionalismo, Estado e Identidade Nacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mongiardim, M. (2007). *Diplomacia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Monjardino, C. (2004). A Presença Portuguesa no Oriente. *Visões de Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Geografia e Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 129-134.
- Moreira, A. (1981). O Poder Cultural, *Nação e Defesa*, 18, 42-51.
- \_\_\_\_\_ (2000). Situação Internacional Portuguesa, *Análise Social*, 35, 315-326.
- \_\_\_\_\_ (2004). *A Diplomacia Pública*. Z. Castro (coord.), *Diplomatas e Diplomacia, Retratos, Cerimónias e Práticas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Notas do Tempo Perdido*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- \_\_\_\_\_ (2007). A Diplomacia Portuguesa. *Negócios Estrangeiros*, 11.2. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15-21.
- \_\_\_\_\_ (2010). A Língua e o Conceito Estratégico Português. *Estratégia*, Vol. XIX, 9-15.
- \_\_\_\_\_ (2013). Língua e Cultura Portuguesas. *Ciclo de Conferências "Vetores do Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013"*, Instituto de Defesa Nacional.
- Nye Jr., J. (1991). *Bound to Lead, The Changing Nature of American Power*. Nova Iorque: Basic Books.
- \_\_\_\_\_ (2003). *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. Nova Iorque: Oxford University Press.

- \_\_\_\_\_ (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs.
- \_\_\_\_\_ (2006). Think Again: Soft Power. *Foreign Policy*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em [http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think\\_again\\_soft\\_power](http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power)
- \_\_\_\_\_ (2012). Portugal deve usar o 'soft power' da sua língua e cultura. *Económico*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: [http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-deve-usar-o-soft-power-da-sua-lingua-e-cultura\\_140482.html](http://economico.sapo.pt/noticias/portugal-deve-usar-o-soft-power-da-sua-lingua-e-cultura_140482.html)
- Ordeix-Rigo, E. & Duarte, J. (2009). From Public Diplomacy to Corporate Diplomacy: Increasing Corporation's Legitimacy and Influence. *American Behavioral Scientist*, 53(4), 549-564.
- Palma, E. (2006). *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa*. Lisboa: Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal.
- People's Daily Overseas Edition* (1 de Janeiro de 2014). 提高软实力 实现中国梦 – Melhorar o soft power Chinês para alcançar o sonho. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: [http://paper.people.com.cn/rmrbhwb/html/2014-01/01/content\\_1369744.htm](http://paper.people.com.cn/rmrbhwb/html/2014-01/01/content_1369744.htm)
- Piteira, C. (1999). *Mudanças Sócio-Culturais em Macau: A Questão Étnica do Macaense*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pwono, D. (2009). Fostering a Cultural Diplomacy Policy Dialogue: The Quest for Stewardship and Cooperative Engagement. *The Journal of Arts Management, Law and Society*, 39(4), 297-304.
- Quivy, R. & L. Campenhoudt (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, J. (1999). As Relações Luso-Chinesas e a Declaração Conjunta de 1987. *Fórum Macau – A Presença Portuguesa no Pacífico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 141-156.
- Rasmussen, R. & Merkelsen, H. (2012). The new PR of states: How nation branding practices affect the security function of public diplomacy. *Public Relations Review*, 38, 810-818.

- Rangel, J. (1999). Macau: o Ensino Superior e a Valorização de Recursos Humanos. *Fórum Macau – A Presença Portuguesa no Pacífico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 99-108.
- Rawnsley, G. (2009). *China Talks Back: Public Diplomacy and Soft Power for the Chinese Century*. Snow N. & Taylor F. (eds.), *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (282-291). Nova Iorque: Routledge.
- Reto, L. (2012). *O Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.
- Romana, H. (2000). *The Potential of Macau within the Context of Globalization. Macau in the Pearl River Delta* (99-130). Lisboa: Instituto do Oriente.
- \_\_\_\_\_ (2005). A República Popular da China, a Sede do Poder Estratégico. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Ciência Política. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Saldanha, A. (1996). *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Cultural de Macau.
- Santos, R. (2013). Fórum Macau, Rita Santos faz o balanço dos 10 anos. *Hojemacau*. Consultado em 17 de Setembro de 2014, em: <http://hojemacau.com.mo/?p=47605>
- Santos, V. (1990). Cultura e Poder: Breves Reflexões sobre o Vector Cultural do Poder Nacional. *Nação e Defesa, (Esp.)*, 167-178.
- \_\_\_\_\_ (2005). Portugal, a CPLP e a Lusofonia - Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. *Negócios Estrangeiros, 8*, 71-91.
- \_\_\_\_\_ (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Schneider, C. (2009). The Unrealized Potential of Cultural Diplomacy: “Best Practices” and What Could Be, If Only... *The Journal of Arts Management, Law and Society*, 39(4), 260-279.
- Servaes, J. (2012). Soft power and public diplomacy: The new frontier for public relations and international communication between the US and China. *Public Relations Review, 38*, 643-651.
- Schaake, M. (2010). Diplomacia cultural: promover a cultura e os valores europeus no mundo. *Parlamento Europeu – Actualidade*. Consultado em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/content/20101203STO05908/html/Diplomacia-cultural-promover-a-cultura-e-os-valores-europeus-no-mundo>

- Stock, M. (2004). A Presença Cultural Portuguesa no Mundo. *Visões de Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Geografia e Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 250-281.
- TEFAF (2013). *Art Market Report 2013 – The Global Art Market with a focus on China and Brazil*. The European Fine Art Fair.
- Tuathail, G. & S. Dalby (1998). *Rethinking Geopolitics*. Londres: Routledge.
- Tylor, E. (2012). *Primitive Culture, Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Customs, Vol. 1*. Londres: Forgotten Books [1871].
- UNESCO (1966). Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional da UNESCO. Consultado em: [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13147&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13147&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)
- \_\_\_\_\_ (1982). Declaração do México - Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (UNESCO Mexico City Declaration on Cultural Policies World Conference on Cultural Policies Mexico City, 26 July - 6 August 1982).
- U.S. Department of State (2005). *Cultural Diplomacy The Linchpin of Public Diplomacy: Report of the Advisory Committee on Cultural Diplomacy*.
- Wang, S. (2014). Beijing World Art Museum presents the group exhibition “Where is China?” *Cafa Art Info*. Consultado em 17 de Setembro de 2014, em: <http://en.cafa.com.cn/beijing-world-art-museum-presents-the-group-exhibition-where-is-china.html>
- Yiwei, W. (2008). Public Diplomacy and the Rise of Chinese soft Power. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616, 257-273.
- Zaharna, R. (2009). *Mapping Out a Spectrum of Public Diplomacy Initiatives, Informational and Relational Communication Frameworks*. Snow N. & Taylor F. (eds.), *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (86-100). Nova Iorque: Routledge.
- Zhang, Z. (10 de Abril de 2014). 让文化软实力成为实现 中国梦 的硬支撑 – Concretizar o *soft power* cultural – o grande apoio ao “Sonho Chinês”. *CCTV news*. Consultado em: <http://news.cntv.cn/2014/04/10/ARTI1397090538166472.shtml>

### **Boletins Estatísticos consultados:**

CNTA (2013). *2012 Bulletin of Tourism Statistics of the People's Republic of China*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: [http://en.cnta.gov.cn/html/2012-7/2012-7-26-10-50-21009\\_1.html](http://en.cnta.gov.cn/html/2012-7/2012-7-26-10-50-21009_1.html)

MERPC (2012). *Educational Statistics in 2012*. Consultado a 17 de Setembro de 2014, em: <http://www.moe.edu.cn/publicfiles/business/htmlfiles/moe/s7566/index.html>

MIPEX (2014). *Migrant Integration Policy Index*. Consultado em 17 de Setembro, 2014 em: <http://www.mipex.eu/play/map.php>

OBL (2014). *Dados estatísticos*. Consultado em 17 de <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos>

ONU (2014). *United Nations Statistics Division*. Consultado em 17 de Setembro de 2014 em: <https://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=china>

The World Bank (2014). *Data, World Development Indicators*. Consultado em 17 de Setembro de 2014, em: <http://data.worldbank.org/country/china>

### **Documentos Oficiais consultados:**

*Declaração Conjunta Do Governo Da República Portuguesa e Do Governo Da República Popular Da China Sobre a Questão De Macau (1987).*

*Decreto-Lei n.º 21/2012 de 30 de Janeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2012).*  
Diário da República: I série, N.º 21, 506-510.

*Decreto-Lei n.º 47/2012 de 28 de Fevereiro da Presidência do Conselho de Ministros (2012).*  
Diário da República: I série, N.º 42, 896-898.

*Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.*  
(1999).

Presidência do Conselho de Ministros (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional.*

## Anexo I

De acordo com o Decreto Lei n.º 21/2012 de 30 de Janeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, são atribuições do Camões, I. P., no domínio da cooperação:

- Propor à tutela a definição da política de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento;
- Promover a execução de programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento em articulação com os demais ministérios e organismos setoriais;
- Preparar os programas plurianuais de cooperação para o desenvolvimento, bem como a sua programação financeira;
- Coordenar o Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento, bem como todos os demais instrumentos orçamentais transversais, de carácter anual ou plurianual, que tenham por objetivo e finalidade a cooperação para o desenvolvimento;
- Assegurar o acompanhamento do planeamento, da programação, da execução e da avaliação dos programas e projetos de cooperação desenvolvidos por outros ministérios, departamentos, serviços e organismos da Administração Pública;
- Emitir parecer prévio vinculativo sobre os programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento, financiados ou realizados pelo Estado, seus organismos e demais entidades públicas;
- Assegurar a articulação com as autoridades dos países beneficiários de cooperação para o desenvolvimento;
- Assegurar o financiamento dos projetos diretamente elaborados pelo Camões, I. P., de acordo com a programação efetuada;
- Proceder à identificação, análise, acompanhamento e avaliação dos resultados da execução dos programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento, com vista a melhorar a racionalidade, eficácia e eficiência da ajuda;
- Assegurar a coordenação e a articulação com instituições de âmbito internacional, nacional, regional e local, incluindo as de natureza não-governamental, com vista a otimizar a utilização dos recursos;
- Assegurar e coordenar as intervenções portuguesas no domínio da ajuda humanitária e de urgência; Apoiar as iniciativas da sociedade civil no âmbito da cooperação para o desenvolvimento;

- Conceder subsídios, bolsas e outras formas de apoio financeiro, no âmbito de programas, projetos ou ações de cooperação para o desenvolvimento;
- Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a participação portuguesa nas atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) relacionadas com a cooperação;
- Assegurar o apoio técnico e logístico à realização das reuniões do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento;
- Promover e ou apoiar a realização de estudos na área da cooperação;
- Centralizar a informação relacionada com o esforço financeiro global da cooperação portuguesa; Implementar uma estratégia de comunicação para fortalecer a compreensão e o apoio público à cooperação para o desenvolvimento;
- Promover ações de formação em matérias de desenvolvimento;
- Assegurar a representação e a participação do Estado Português nas atividades das organizações internacionais relacionadas com a cooperação e a ajuda pública ao desenvolvimento, sem prejuízo das competências do Ministério das Finanças no referente às instituições financeiras internacionais, bem como das representações setoriais especializadas havidas por convenientes.
- Centralizar a informação sobre os projectos de cooperação promovidos por entidades privadas, com ou sem patrocínio público, e assegurar a representação do Estado Português nos debates internacionais sobre cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento, em apoio ao princípio da convergência internacional e em torno de objectivos comuns.

São atribuições do Camões, I. P., no domínio da promoção externa da língua e cultura portuguesas:

- Assegurar a representação do País na negociação de acordos culturais e respetivos programas de cooperação, coordenando a participação dos departamentos do Estado com atribuições nos domínios da cultura, educação, ensino superior, juventude, desporto e comunicação social;
- Estabelecer programas de apoio à criação de cátedras e de departamentos de português ou estruturas equivalentes em universidades estrangeiras e escolas e à contratação local de docentes;
- Promover, coordenar e desenvolver a realização de cursos de língua portuguesa e outros conteúdos culturais, quer em sistema presencial, quer por recurso a tecnologias de informação e comunicação;

- Desenvolver, em cooperação com universidades portuguesas ou estrangeiras, sistemas de avaliação e certificação de competências pedagógico-didáticas para o ensino e ou aprendizagem do português e de competências comunicativas em português;
- Estabelecer parcerias e apoiar a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre a presença e estatuto da língua e cultura portuguesas, designadamente na perspetiva da sua difusão internacional;
- Conceber, promover, propor, apoiar e executar a produção de obras e projetos de divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro;
- Estimular, apoiar e promover ações que favoreçam a divulgação e o intercâmbio internacional das formas de expressão artística, designadamente nas grandes mostras e eventos internacionais;
- Estabelecer as linhas de orientação e as áreas prioritárias de intervenção dos centros culturais portugueses no estrangeiro, bem como propor a sua criação;
- Conceder bolsas, subsídios ou outros apoios decorrentes de acordos culturais ou programas de difusão da língua e da cultura portuguesas, em conformidade com o regulamento interno;
- Coordenar a atividade dos leitorados de língua e cultura portuguesas;
- Desenvolver e coordenar a atividade de formação de professores nas áreas da língua e cultura portuguesas;
- Desenvolver os mecanismos necessários para a consolidação da rede de docência junto de instituições de ensino estrangeiras, nomeadamente através da criação de centros de língua portuguesa;
- Promover a celebração e acompanhar a execução de acordos de cooperação cultural;
- Editar materiais de divulgação da língua e cultura portuguesas em distintos suportes;
- Coordenar a atividade dos docentes de língua e cultura portuguesas no estrangeiro e promover a interação entre os vários níveis e modalidades de ensino;
- Assegurar a qualidade do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, mediante o necessário apoio científico e pedagógico;
- Fomentar o ensino do português como língua não materna e estrangeira nos currícula e sistemas de ensino, designadamente em países com comunidades de língua portuguesa.

Compete ao Camões, I. P., no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário do ensino português no estrangeiro, em articulação com o Ministério da Educação e Ciência:

- A qualificação do ensino da língua portuguesa no estrangeiro, nomeadamente no desenvolvimento de formas e modelos complementares de certificação e avaliação das respetivas aprendizagens e de acreditação e transferência dos respetivos créditos;
- O desenvolvimento de mecanismos apropriados para a formação de professores, especialmente para o ensino da língua portuguesa como língua segunda, para o ensino junto das comunidades e para a divulgação da cultura portuguesa;
- A promoção da produção e divulgação de materiais pedagógicos e culturais especificamente para o ensino da língua portuguesa no estrangeiro;
- A coordenação da atividade da rede de docência de língua e cultura portuguesas no estrangeiro, ao nível dos ensinos básico e secundário;
- O desenvolvimento e promoção da utilização de plataformas para o ensino e a aprendizagem do português a distância e a divulgação da cultura portuguesa;
- A difusão do ensino da língua portuguesa no estrangeiro, através das Escolas Portuguesas tuteladas pelo Ministério da Educação e Ciência.

## Anexo II – Notas de Campo

- Macau, 18 de Junho de 2014, 10:00

Uma reunião informal com um dirigente, de nacionalidade Portuguesa, numa das universidades presentes em Macau que resultou na reflexão sobre alguns dos problemas sociais presentes no território.

Ele estava muito entusiasmado para desabafar, ao saber que seria uma entrevista informal. Não hesitou em desabafar as principais frustrações e dificuldades que encontra, numa perspetiva de quem vive no território deste a década de 1980.

Pergunto-lhe como descreve o ensino, a investigação e a aplicabilidade do Português em Macau, ao qual ele me responde simplesmente “uma ilusão”. Professor e dirigente responsável na área do ensino de várias línguas, Português incluído, neste estabelecimento de ensino, apresenta uma perspetiva desanimadora e indica que não há ninguém a apurar as reais necessidades do uso do Português na região. Explica como a RAEM não investe na investigação científica e como Macau é largamente ultrapassado pela vizinha Hong Kong.

Desabafa também sobre a crescente “bolha” imobiliária por parte de especuladores oriundos de Guangzhou que adquirem propriedades apenas para o mercado de arrendamento a preços inflacionados e quase proibitivos. Será uma das várias razões que levará os alunos a procurarem cursos com perspetivas de altos rendimentos no mercado de trabalho, tendo os casinos como destino principal. Abordamos também as maneiras mais práticas de contornar a lei Macaense no que respeita a entrada de fundos avultados no território, delineando todo um panorama de lavagem de dinheiro que acaba por estar dentro da lei.

Concluímos com uma perspetiva pouco optimista quanto ao futuro da língua Portuguesa em Macau.

- Macau, 19 de Junho de 2014, 19:00

É inaugurada a exposição da pintora Portuguesa Sofia Arez na Fundação Oriente, com a presença do Cônsul Geral de Macau, entre outras personalidades. Toda a inauguração é

muito bem organizada, sendo que esta exposição exhibe os trabalhos desenvolvidos na sequência de uma residência artística proporcionada pela Fundação Oriente. A maioria das obras foi feita no espaço exterior da Fundação e do Jardim Camões, que a envolve, resultando num excelente conjunto de pinturas. As árvores e plantas Macaense foram o ponto de partida visual para evocar como é impossível conhecer todo o universo humano. Foi um exemplo de uma boa prática, com uma projeção muito positiva da cultura Portuguesa, sem qualquer recurso direto a imagens nacionais, resultante da confiança depositada na artista e na ação da Fundação Oriente. A ocasião permitiu também um espaço de contacto e *networking* que, sem este evento, não teria sido possível.

- Macau, 20 de Junho de 2014, 10:00

Um encontro informal com um professor e investigador em questões culturais acaba por possibilitar a oportunidade de abordar algumas observações sobre a atividade cultural em Macau.

Ele sublinha que não haverá uma orientação clara de Portugal para a promoção efetiva e real da língua na RAEM. Ele identifica inclusivamente oportunidades para a criação da necessidade de aprendizagem da língua, principalmente a nível de associações comerciais e empresas. Indica que o discurso político em Portugal sobre a língua Portuguesa em Macau está longe da realidade no terreno, pois quase ninguém está disposto a aprender Português. Observei que é raro encontrar adaptações de obras Chinesas, ou especificamente Cantonenses, feitas por escritores, realizadores ou dramaturgos Portugueses, uma observação com a qual ele concorda. Será mais provável encontrar Shakespeare adaptado a um contexto Português ou Chinês, do que um cruzamento de elementos culturais que possam cativar a curiosidade de ambas as culturas.

Comentou também como determinados eventos de promoção cultural Portugueses de carácter oficial servem apenas para ostentar “folclore e imitações de pastéis de nata” por não considerarem e ignorarem as especificidades culturais Cantonenses.

- Hong Kong, 21 de Junho de 2014, 19:30

Tem lugar no Grande Auditório do Centro Cultural de Hong Kong um espectáculo de ópera Chinesa, colocada em cena pelo Centro de Investigação de Ópera de Pequim-Hebei.

Toda a ópera é de uma capacidade artística impressionante e legendada em Inglês, o que permitiu gozar duas horas de teatro tradicional Chinês quase tão completamente como o público local. É um exemplo do que não se encontra em Macau, que também tem uma oferta de espectáculos inferior à de Hong Kong. A *performance*, tanto como o programa físico e *online*, estão traduzidos para Inglês, o que possibilitou conhecer novas obras Chinesas. O espectáculo encerrou com um excerto de um dos Quatro Clássicos Chineses, Shuǐhǔ Zhuàn (水浒传), *The Water Margin* em Inglês, com uma das personagens mais emblemáticas da literatura Chinesa em palco, Wu Song.

- Macau, 22 de Junho de 2014, 21:00

Foi através da gastronomia que se desbloqueou a conversa com três jovens Macaenses, em Inglês, sobre a perceção que têm dos Portugueses. Ao fim de um momento delicioso de *guandongzhu*, conclui-se que consideram os Portugueses como estrangeiros com quem não há muito contacto. Nunca foram à Europa e vêem os Portugueses com distância, na medida em que não encontram uma ligação cultural quotidiana que gere esse contacto. Não se trata de evitarem ninguém, mas a acrescentar à barreira linguística, há a falta de cumplicidade cultural. São observações semelhantes às de vários Lisboetas face à comunidade Chinesa na cidade. Estão lá, existem no seu próprio espaço, mas não há contacto.

- Macau, 23 de Junho de 2014, 19:00

A Fundação Oriente começa hoje um ciclo de cinema dedicado ao tema da Justiça. Inicia-se com um clássico, o filme que assistimos no auditório é o *12 Angry Men* de Sidney Lumet . Por momentos, senti o conforto familiar que um espectador frequente da Cinemateca Portuguesa saberá reconhecer. Atendendo ao contexto, sobressaem momentos que talvez não teriam tanto impacto em casa, como o jurado estrangeiro que diz “Isto é uma coisa

notável sobre a democracia. Somos notificados pelo correio para vir até aqui e decidir quanto à culpa ou inocência duma pessoa, homem ou mulher que nunca conhecemos. Nada a perder, nem nada a ganhar com o nosso veredicto.”

O filme era a versão original, legendada apenas em Português. Seguiu-se um debate, todo ele em Português, no qual não participaram três mulheres Macaenses que trocavam discretamente impressões entre si em Cantonense. Pelo olhar distante, era visível que não perceberam nada do que foi dito e saíram mais cedo.

- Macau, 24 de Junho de 2014, 19:30

Um momento cultural inesperado. Fora do circuito turístico, encontramos uma ópera Cantonense em cena, em Macau. Trata-se de uma sala discreta e modesta num pequeno cruzamento com a Avenida Almeida Ribeiro. Na receção, um homem aponta para a cortina vermelha com um sorriso que indica que a entrada é livre.

Uma vez dentro deste teatro, a primeira impressão consiste nos olhares de surpresa do restante público. Somos os únicos estrangeiros, recebidos aqui com olhares surpresos. Percebemos que estamos num meio intrinsecamente Cantonense. Somos também os mais novos, já que a média de idades estará para cima dos cinquenta. Algumas pessoas ressonam no escuro das últimas filas, aproveitando o conforto do ar condicionado. Apesar da ostentação e do luxo presentes em Macau, observo que este centro comunitário tem muitos sinais de degradação. É um espaço humilde, como a audiência que assiste à ópera, também esta algo amadora e de baixo orçamento.

Uma conversa em Inglês com um dos organizadores confirmou o fator surpresa de estarem ali dois estrangeiros. Para ele, era invulgar o interesse de alguém de fora em algo como este evento, que era um momento cultural Cantonense para Cantonenses.

- Macau, 26 de Junho de 2014, 14:00

Encontro com um dirigente Macaense de uma organização Macaense ligada à cultura.

Nesta reunião, sobressaem três aspetos que são discutidos. Primeiro, o crescente desinteresse da população académica pelas questões históricas e culturais. A indústria dos

casinos é a perspectiva mais apelativa para grande parte da população estudantil, que raramente considera um percurso académico em Letras ou História.

O segundo aspeto prende-se com a falta de articulação, comunicação entre instituições e coordenação geral em atividades culturais e de ensino. As organizações têm pouco conhecimento das atividades que são desenvolvidas na região, o que resulta por vezes em desequilíbrios e sobreposições de esforços. Perguntei se tinha conhecimento ou se teria sido convidado para eventos culturais específicos que se avizinhavam, onde eu contava até estar presente, e não tinha conhecimento de nenhum.

Por último, apresentou-me as grandes vantagens do sistema político Chinês, em oposição à débil democracia Europeia, que carece de uma orientação clara, de uma atividade económica competitiva, perdida nesse “grande desentendimento falacioso” chamado “democracia”. Não argumentei, disse apenas que todos os sistemas estão sujeitos à condição humana, pois não me competia defender uma posição política, o que ajudou a manter a conversa cingida às questões culturais de Macau e Hong Kong. Não foi a primeira pessoa a observar a ausência de influência Portuguesa em Hong Kong, já outras pessoas o tinham mencionado em pequenos encontros.

- Macau, 26 de Junho de 2014, 16:00

Um encontro com um agente diplomático Português revelou bastante insegurança no que respeita a matérias de ensino e matérias culturais. Este agente diplomático não estava à vontade sobre estas matérias, remetendo-as para outro ator, que será especialista sobre questões culturais em Macau.

- Macau, 27 de Junho de 2014, 10:00

Aproveito a realização de um evento na Escola Portuguesa de Macau para travar contacto com um outro agente diplomático, que me concede uma entrevista informal sobre várias questões relacionadas com o ensino e a cultura Portuguesa em Macau e no Sudeste Asiático. Na Escola Portuguesa, o evento em si surpreendeu-me, pois em simultâneo com Portugal, celebravam-se os 800 Anos da Língua Portuguesa. Fiquei a pensar que misterioso idioma

falaria então D. Afonso Henriques quando fundou o Reino de Portugal. Concluída a parte protocolar, aproveitamos para falar num sítio mais fresco, num testemunho que sublinha os seguintes pontos:

- Novamente, o sentimento de ausência de estratégia para o ensino e cultura por parte da RAEM.
- A falta de interesse dos quadros intermédios na administração pública da RAEM no que respeita à aprendizagem do Português.
- A procura destes cursos pelos dirigentes como uma mera formalidade, com o mínimo de horas possível para a obtenção de um diploma.
- Sentimento de incerteza quanto aos objetivos estratégicos nacionais para a região, no campo da cultura e ensino.
- A ausência de informação partilhada e coordenação dos atores culturais de expressão Portuguesa na região.

Concluimos com uma impressão muito positiva, no entanto, sobre o IPOR, sobre o qual falámos relativamente à dinâmica de ensino que desenvolvem.

- Macau, Fundação Oriente, 28 de Junho de 2014, 10:00

Observo o dinamismo cultural da Fundação Oriente. Nesta manhã, há tantas despedidas como boas-vindas graças ao apoio da Fundação. Neles incluem-se um monitor oriundo do Porto, num projeto dedicado a escolas do ensino secundário, um artista plástico também Português, um músico de nacionalidade Canadiana e investigadores académicos Portugueses. O apoio prestado por todos os elementos da Fundação Oriente impressiona pela eficácia.